



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Secretaria de Administração
Coordenadoria de Licitações e Contratos
Divisão de Licitações
PROAD 3755/2024

PREGÃO ELETRÔNICO

TRT4 Nº 15/2024

COMPRASNET Nº 90015/2024

CONTRATANTE (UASG)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO (080014)

OBJETO

Contratação de serviço de seguro predial para os imóveis próprios e locados (prédio e conteúdo) ocupados pelo TRT4.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/07/2024 às 11h (horário de Brasília)

O prazo mínimo para apresentação de propostas e lances foi reduzido pela metade, com fundamento no inciso II do art. 2º da Medida Provisória nº 1.221/2024.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global do item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

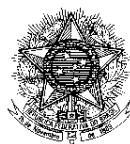


Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
8. DOS RECURSOS	16
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
11. DA CONTRATAÇÃO	21
12. DO PAGAMENTO	21
13. DO REAJUSTAMENTO	22
14. DA PROTEÇÃO DE DADOS	22
15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	22
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Coordenadoria de Licitações e Contratos
PROAD 3755/2024
UASG 080014

Torna-se público que o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO** (TRT da 4ª Região), por meio da Coordenadoria de Licitações Contratos, sediado na Av. Praia de Belas nº 1.100, em Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 02.520.619/0001-52, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **prestação de serviço de seguro predial para os imóveis próprios e locados em uso pelo Tribunal do Trabalho da 4ª Região**, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, e seus anexos.

1.2. **Prazo para entrega da apólice do seguro:** não superior a **20 dias corridos**, contados da data assinatura do contrato.

1.3. A apólice de seguro deverá ser enviada para o e-mail imoveis@trt4.jus.br.

1.3.1. A contratada deverá fornecer apólice única para todos os imóveis e móveis do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

1.4. O valor estimado da contratação **tem caráter sigiloso** e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, observados o artigo 24 da Lei nº 14.133/2021 e os artigos 12 e 30 da IN SEGES nº 73/2022.

1.5. As demais condições e especificações constam no Termo de Referência mencionado no subitem 1.1.

1.6. Havendo divergência entre as especificações do objeto constantes no sistema Portal de Compras do Governo Federal e as que constam neste Edital, prevalecem as especificações do Edital.

1.7. Na hipótese de haver divergência entre os termos do presente Edital e os termos do Anexo I do Edital - Termo de Referência, prevalece o disposto no presente Edital.



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. Em caso de dúvidas relativas ao sistema “Portal de Compras do Governo Federal”, as interessadas devem entrar em contato com as Centrais de Atendimento “Portal de Compras do Governo Federal” ou “SIASG” pelo telefone 0800-9789001.

2.2. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. servidores que tenham participado do planejamento da contratação ou que desempenhem função na área de licitações e contratos do TRT4;



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

- 2.5.6. servidores ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia ou assessoramento vinculados à Secretaria de Administração, à Diretoria-Geral, à Assessoria Jurídica da Presidência, à Secretaria-Geral da Presidência e às demais unidades envolvidas no procedimento licitatório;
- 2.5.7. o Presidente do Tribunal ou o desembargador que estiver no exercício da Presidência do TRT4;
- 2.5.8. o Diretor da Escola Judicial do TRT4 ou o desembargador que estiver no exercício do cargo, em relação às contratações da referida unidade;
- 2.5.9. cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos agentes públicos referidos nos itens 2.5.5, 2.5.6, 2.5.7 e 2.5.8.
- 2.5.10. pessoas jurídicas que tenham em seus quadros societários as pessoas referidas nos itens 2.5.5, 2.5.6, 2.5.7, 2.5.8 e 2.5.9.
- 2.5.11. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com as pessoas referidas nos itens 2.5.5, 2.5.6, 2.5.7, 2.5.8 e 2.5.9;
- 2.5.12. empresas que não atuem no ramo de atividade pertinente ao objeto do presente pregão;
- 2.5.13. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- 2.5.14. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.5.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do TRT da 4ª Região, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021.

2.6. A vedação descrita nos itens 2.5.5, 2.5.6, 2.5.7, 2.5.8, 2.5.9, 2.5.10 e 2.5.11 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização (conforme §3º do art. 2º da [Resolução CNJ nº 7/2005](#) e § 1º do art. 7º do Código de Conduta e Valores Éticos do TRT4 - [Portaria GP.TRT4 Nº 4.573/2023](#)).



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

2.7. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, [a proposta com o preço](#), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (**dia 16/07/2024 às 11h**).

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5. cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

3.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) e neste Edital.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

4.1.1. Valor do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. O licitante deve informar o preço do item, em moeda corrente nacional (Real), obrigatoriamente com duas casas decimais (centavos de Real), incluindo eventuais descontos ou acréscimos, inclusive os decorrentes de insumos, impostos, taxas e demais encargos inerentes à prestação do objeto.

4.10.1. Na hipótese de o lance vencedor apresentar valor com número superior de casas decimais, serão consideradas apenas os centavos de reais, desconsiderando-se as demais casas após a vírgula.



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global do item**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,1% (um décimo por cento)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. Para o envio de lances no pregão eletrônico será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:

5.16.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

5.16.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.16.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.16.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.16.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.16.2.1. empresas brasileiras;

5.16.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País, devendo apresentar a devida comprovação desta condição junto com os documentos de habilitação.

5.16.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187/2009](#).

5.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.17.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **conforme Anexo II do Edital - Modelo de Proposta**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.17.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

5.18. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. A classificação das propostas será apurada pelo critério de **menor preço global do item**.

6.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

d) Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Lista Suja do Trabalho Escravo), mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
(<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>).

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429/1992](#).

6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([art. 29, caput, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#))

6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([art. 29, §1º, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).

6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([art. 29, §2º, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).

6.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES/ME nº 73/2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, são os que seguem:

a) Habilitação Jurídica, conforme o caso:

a.1) registro comercial, no caso de empresa individual;

a.2) certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI;

a.3) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.4) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

a.5) decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

b) Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

b.1) prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistindo na apresentação de certidão conjunta relativa a tributos federais, à Dívida Ativa da União e a Contribuições Sociais (INSS), expedida pela Receita Federal do Brasil;

b.2) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, a qual deverá incluir todos os tributos estaduais;

b.3) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

b.4) prova de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

b.5) prova de regularidade com as obrigações trabalhistas, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida no portal do TST.

c) Qualificação Técnica:

c.1) Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade de 60 (sessenta) dias, que comprove que a seguradora está legalmente autorizada a operar.

d) - Qualificação Econômico-Financeira

d.1) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante.



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([art. 7º, caput, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).

7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([art. 7º, parágrafo único, da IN SEGES/ME nº 3/2018](#)).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

7.10. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([art. 64 da Lei nº 14.133/2021](#), e [art. 39, §4º](#), da [IN SEGES/ME nº 73/2022](#)):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, no prazo máximo de 10 minutos;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o curso do processo licitatório;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846/2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a defesa escrita, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar com a União e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.6. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8 a multa será de 2% (dois por cento) do valor total do lance, limitada a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por ocorrência.



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

9.3.7. No caso de descumprimento do prazo estabelecido para entrega da apólice (item 1.2 deste edital), ficará a contratada sujeita à aplicação de multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da contratação, por dia de atraso, limitado a 8% (oito por cento).

9.3.8. No caso de descumprimento do prazo estabelecido para pagamento de indenização (item 7.2.2 do Termo de Referência), ficará a contratada sujeita à aplicação de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), limitada a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

9.3.9. Na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, a contratada estará sujeita à aplicação de multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato.

9.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º, da IN SEGES/ME nº 73/2022](#).

9.9. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, designados pela Portaria GP.TRT4 nº 3.822/2022, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis,



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.14. A apuração dos descumprimentos e a eventual cominação de sanções administrativas observarão o disposto na Portaria TRT4 nº 2.714/2022.

9.15. A defesa escrita e os recursos administrativos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico para o endereço dq@trt4.jus.br.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133/2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail pregao@trt4.jus.br até às 23h59min do último dia do prazo.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentados, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no [sítio](https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/licitacoes-compras-e-contratos) deste Tribunal, no link <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/licitacoes-compras-e-contratos>, ficando as interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação do objeto será efetivada mediante assinatura do instrumento de contrato, cuja minuta encontra-se anexa, após a homologação da presente licitação.

11.1.1. Fica estabelecido o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da comunicação deste Tribunal, para a licitante assinar o contrato decorrente desta licitação, o qual, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, constitui, neste procedimento, documento hábil à formalização da contratação do objeto.

11.2. Como condição para contratação, prorrogações e acréscimos contratuais, a licitante vencedora deste certame deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista. Na hipótese de as provas de regularidade não se encontrarem disponíveis nas respectivas homepages, a licitante deverá providenciar sua emissão no prazo máximo de 10 dias úteis contados da intimação deste Tribunal.

11.3. Decairá do direito à contratação a licitante que, regularmente convocada, não assinar o contrato no prazo estipulado no subitem anterior, ou ainda, não apresentar as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista, ficando caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.

11.4. Ocorrendo a hipótese descrita no item anterior, este Tribunal reserva-se o direito de convocar outra licitante para firmar a contratação, observada a ordem de classificação.

11.4.1. A licitante eventualmente convocada, na hipótese do disposto no *caput* deste item, caso aceite a convocação, ficará sujeita às mesmas obrigações e penalidades.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento do prêmio referente ao objeto da presente contratação será realizado em uma única parcela, após o recebimento definitivo da apólice, mediante crédito em conta corrente bancária até o décimo dia útil após o ateste do documento fiscal (fatura) correspondente à apólice do seguro contratado, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e, se for o caso, ISSQN.

12.2. O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para ateste, liquidação e pagamento.

12.2.1. A contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos documentos fiscais (notas fiscais) com vistas à liquidação e pagamento. Por meio do <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>, a contratada terá acesso ao SIGEO - JT e, pelo link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

12.3. A contratada fica obrigada a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para fornecimento do material objeto da presente licitação, nos termos do Protocolo ICMS nº 42/2009 e inciso VIII do art. 26-A do Livro II do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul.



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

12.4. Na hipótese de a proposta ser apresentada pela matriz e o faturamento for realizado por CNPJ de filial, ou vice-versa, tal condição deverá constar expressamente da proposta, na qual deverão ser informados os respectivos números de CNPJ, bem como a licitante deverá encaminhar, para fins de habilitação, as provas de regularidade fiscal pertinente a ambos os números.

12.5. A forma de pagamento referida no subitem 12.1 deste item é cláusula indisponível à licitante, sendo que qualquer outra forma de pagamento porventura disposta na proposta será desconsiderada.

12.6. Para todos os fins, considera-se como data do pagamento, o dia da emissão da ordem bancária.

12.7. No caso de os documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista estiverem vencidos quando da apresentação do documento fiscal, a licitante deverá providenciar a regularização.

12.8. Na eventualidade de atraso no pagamento entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento, serão devidos por este TRT:

a) juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou 6% a.a. (seis por cento ao ano), por dia de atraso na efetivação do pagamento;

b) multa moratória no percentual de 1% (um por cento) do valor da fatura em atraso; e

c) atualização financeira pelo IGP-DI.

12.9. Não serão devidas quaisquer taxas de atualização financeira, juros ou multa moratória nas hipóteses em que houver a concorrência da contratada para o atraso no pagamento.

13. DO REAJUSTAMENTO

13.1. As regras para reajustamento dos valores contratuais estão previstas na minuta do contrato.

14. DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. As regras para proteção de dados estão previstas na Minuta do Contrato.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. As regras para gestão e fiscalização do contrato estão previstas no Termo de Referência e Minuta do Contrato.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. É vedada a subcontratação do objeto.

16.5. As empresas interessadas, **poderão realizar vistorias técnicas** para melhor conhecimento acerca das condições do local e peculiaridades relativas ao objeto da licitação.

16.5.1. O licitante que desejar realizar a visita técnica deverá agendar dia e horário, pelo e-mail imoveis@trt4.jus.br. No momento da vistoria, o licitante, ou representante da empresa deverá estar devidamente identificado.

16.5.2. A empresa que optar pela não realização da vistoria técnica não poderá alegar o desconhecimento das condições locais e demais detalhes da prestação de serviços para eximir-se de qualquer obrigação decorrente desta licitação.

16.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no TRT da 4ª Região.

16.10. A contratada, o preposto e os empregados, vinculados à presente contratação, deverão conhecer e observar a Portaria GP.TRT4 nº 4.081/2023, que regulamenta o tratamento das notícias de assédio moral, assédio sexual e discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, de acordo com a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e com a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

16.11. Os procedimentos de assinatura de documentos do processo serão feitos via Portal PROAD (Processo Administrativo deste TRT), mediante cadastramento prévio do representante legal da licitante junto ao TRT da 4ª Região.

16.11.1. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo e o uso das senhas, não cabendo ao TRT da 4ª Região a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das senhas, ainda que por terceiros.



TRT 4ª REGIÃO
EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024/90015/2024

16.12. Todas as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos consignados para este Tribunal no Orçamento Geral da União para o(s) exercício(s) de 2024 e 2025, Programa de Trabalho: 168123 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, Classificação: 3390396901 - seguro de imóveis, os quais serão discriminados nas respectivas notas de empenho.

16.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/licitacoes-compras-e-contratos>.

16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.15.1. ANEXO I DO EDITAL- Termo de Referência

16.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência - Lista de Imóveis

16.15.1.2. Anexo II do Termo de Referência - Estudo Técnico Preliminar

16.15.2. ANEXO II DO EDITAL - [Modelo de Proposta](#)

16.15.3. ANEXO III DO EDITAL - Minuta de Contrato

Porto Alegre/RS, 08 de julho de 2024.

Documento assinado digitalmente

SIMONE PEREIRA JUSTINO GOULART

Coordenadora de Licitações e Contratos





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1.

1.2. O objeto da contratação é a prestação de serviço de seguro predial para os imóveis próprios e locados em uso pelo Tribunal do Trabalho da 4ª Região, bem como para os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos integrantes do seu patrimônio referidos no Anexo I - Lista dos Imóveis, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A demanda está prevista no Plano de Gestão de Contratações de 2023, conforme ID Demanda nº SA-31.

OBS: No Plano de Contratações Anual, foi indicado que seria feita a prorrogação contratual. No entanto, diante do desinteresse do contratado na renovação, será feita uma nova contratação.

3 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação de seguro predial dos imóveis ocupados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região tem como objetivo proteger o patrimônio contra os possíveis riscos de sinistros, garantindo sua recomposição.

3.2. Os demais elementos pertinentes que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos técnicos preliminares constantes nos seguintes documentos:

3.2.1 Documento de Formalização da Demanda;

3.2.2 Estudos Preliminares;

3.2.3 Mapa de Risco

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. O objeto da contratação é a prestação de serviço de seguro predial, com emissão de apólice única, para os imóveis próprios e locados em uso pelo Tribunal do Trabalho da 4ª Região, bem como para os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos integrantes do seu patrimônio referidos no Anexo I - Lista dos Imóveis.

4.2. A cobertura principal engloba riscos contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza. O seguro a ser contratado deverá, ainda, prever as regras

KARINA
NETTO
BILHER
03/07/2024 15:14

BIBIANE
DE SOUZA
LEAL
DREYER
03/07/2024 15:17

JOAO
HENRIQUE
CARVALHO
DE LIMA
RIBAS
03/07/2024 15:25

FRANCOISE
CRUZ DA
COSTA
03/07/2024 15:34





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

para inclusão e exclusão de imóveis e os procedimentos a serem realizados no caso de ocorrer um sinistro. Além disso, deve garantir indenizações por prejuízos decorrentes das seguintes coberturas acessórias:

Alagamento/Inundação - Esta cobertura acessória visa cobrir:

a.1) entrada de água no local segurado proveniente de aguaceiro, tromba d'água ou chuva, seja ou não consequente da obstrução ou insuficiência de esgotos, galerias pluviais, desaguadouros e similares;

a.2) enchentes;

a.3) inundação resultante exclusivamente do aumento do volume de água de rios e de canais alimentados naturalmente por esses rios, lagos, lagoas e represas;

a.4) água proveniente da ruptura ou transbordamento de reservatórios, adutoras, encanamentos e canalizações, desde que não pertencentes ou localizados no prédio objeto da cobertura desta apólice;

b) Danos Elétricos - Protege bens eletrônicos e estrutura da casa contra consequências de raios e descargas elétricas.

b.1) danos elétricos: calor gerado acidentalmente pela passagem de corrente elétrica, variações anormais de tensão, curto circuito, arco voltaico, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica; e

b.2) raio: descarga elétrica da atmosfera, acompanhada de explosão (trovão) e de luz (relâmpago) que se produz entre as nuvens eletrizadas ou entre a terra e as nuvens.

c) Derrame d'Água ou Substância Líquida Contida em Chuveiros Automáticos (Sprinklers) - Esta cobertura garante até o Limite Máximo de Garantia Contratado, os danos materiais causados aos bens segurados em decorrência de infiltração ou derrame d'água ou de outra substância líquida contida em instalação de chuveiros automáticos de combate a incêndio (sprinklers), inclusive os danos consequentes que venham a sofrer as instalações de chuveiros automáticos (sprinklers);

d) Impacto de veículos/queda de aeronaves - Garantir a reposição de danos materiais causados a sua empresa em acidentes de impacto veículos terrestres desgovernados, queda de aeronaves e queda de engenhos aéreos danificando portões, muros, vitrines, paredes e demais bens.

e) Responsabilidade civil - A cobertura de Responsabilidade Civil garante as reparações por danos involuntários, corporais ou materiais, causados a terceiros por negligência ou imprudência do próprio segurado, ou pessoas que estiverem sob sua responsabilidade e será constituído pela soma das seguintes parcelas:

e.1) despesas, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

e.2) valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

f) Tumultos - A cobertura de tumultos, greves e lockout visa garantir indenização por danos materiais causados ao estabelecimento segurado, pela ação predatória de manifestantes. Esta cobertura garante até o Limite Máximo de Garantia Contratado, os danos materiais causados aos bens segurados, decorrentes de tumulto, greve e "lockout", inclusive por atos dolosos de terceiros;

g) Vendaval, ciclone, tornado, granizo - Esta cobertura garante até o Limite Máximo de Garantia Contratado, os danos materiais causados diretamente aos bens segurados exclusivamente em consequência de vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo;

h) Vidro - Esta cobertura garante até o Limite Máximo de Garantia Contratado, os danos materiais causados aos vidros, espelhos ou mármore, exclusivamente instalados no imóvel segurado, provocados por:

h.1) ação de calor artificial;

h.2) ato involuntário dos sócios controladores, dirigentes e administradores legais ou empregados do segurado;

h.3) choque térmico;

h.4) chuva de granizo;

h.5) imprudência ou culpa de terceiros; e

h.6) quebra espontânea.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Detalhamento dos bens e serviços que compõem a solução:

A contratação terá como limite máximo de indenização o valor de 50% dos 82 imóveis do TRT, bem como seu conteúdo, totalizando R\$ 135.446.999,31 (cento e trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, novecentos e noventa e nove e trinta e um centavos).

As empresas interessadas, poderão realizar vistorias técnicas para melhor conhecimento acerca das condições do local e peculiaridades relativas ao objeto da licitação.

O licitante que desejar realizar a visita técnica deverá agendar dia e horário, pelo e-mail imoveis@trt4.jus.br. No momento da vistoria, o licitante, ou representante da empresa deverá estar devidamente identificado.

A empresa que optar pela não realização da vistoria técnica não poderá alegar o desconhecimento das condições locais e demais detalhes da prestação de serviços para eximir-se de qualquer obrigação decorrente desta licitação.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

O seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

Cobertura Básica	Valor Total do Risco	Limite máximo indenização		Franquia
Incêndio, queda de raio e explosão	R\$ 270.893.998,61	R\$ 135.446.999,31		Não há
Coberturas Acessórias	Valor Total do Risco	Limite máximo indenização		Franquia
Alagamento/Inundação	R\$ 270.893.998,61	R\$ 2.708.939,99	2% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Danos elétricos	R\$ 270.893.998,61	R\$ 6.772.349,97	5% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Derrame d'Água ou Substância Líquida Contida em Chuveiros Automáticos (Sprinklers)	R\$ 270.893.998,61	R\$ 677.235,00	0,5% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Impacto veículos/queda de aeronaves	R\$ 270.893.998,61	R\$ 677.235,00	0,5% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Responsabilidade civil	R\$ 270.893.998,61	R\$ 1.354.469,99	1% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Tumultos	R\$ 270.893.998,61	R\$ 1.354.469,99	1% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Vendaval, ciclone, tornado, granizo,	R\$ 270.893.998,61	R\$ 4.063.409,98	3% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Vidro	R\$ 270.893.998,61	R\$ 4.063.409,98	3% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Os imóveis que possuem placas de geração de energia fotovoltaica, conforme informado no Anexo I - Lista dos Imóveis, deverão ter o sistema coberto pelas seguintes coberturas: Cobertura básica contra Incêndio, queda de raio e explosão e acessória de vendaval, ciclone, tornado, granizo. No decorrer do contrato poderão ser instaladas novas placas de energia fotovoltaica que serão incluídas por aditivo contratual.

Todos os imóveis relacionados no Anexo I - Lista dos Imóveis são de alvenaria, à exceção daquele localizado na Rua Marcílio Dias, 446, em Porto Alegre, que é constituído por contêineres metálicos habitáveis.

Atualmente, os imóveis e móveis que constituem o objeto da presente licitação possuem cobertura securitária.

Este Tribunal vem segurando seus imóveis desde 05/10/1994.

5.2. Para fins de proposta de seguro, deverão ser considerados os valores de avaliação constantes no Anexo I - Lista dos Imóveis.

a) Os bens adquiridos após a assinatura do contrato serão considerados cobertos pela apólice, sem ônus adicional para a contratante.

b) Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados entre os prédios ou suas dependências pela contratante, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.

5.3. O pagamento da indenização referente ao conteúdo dos prédios segurados, em caso de sinistro, deverá ser realizado com base no inventário dos bens do setor atingido pelo sinistro, orçamentos realizados pela área técnica deste Tribunal e/ou notas fiscais demonstrando o valor gasto na recomposição.

5.4. Em caso de sinistro em prédios locados, o pagamento da indenização referente às coberturas contratadas terá a seguinte destinação:

a) danos ao imóvel: ao proprietário;

b) danos ao conteúdo: ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

5.5. Os endossos decorrentes de inclusão ou alteração de prédios deverão ser calculados utilizando as mesmas taxas praticadas pela contratada na presente licitação e proporcionais ao número de dias restantes para o término do contrato (vigência da apólice), e seguindo as normas da SUSEP.

5.6. A devolução dos valores será feita mediante pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida pelo CONTRATANTE e encaminhada à CONTRATADA por e-mail, com prazo para pagamento da GRU de 20 dias corridos a partir do envio à CONTRATADA





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

5.7. A CONTRATADA deverá fornecer apólice única para todos os imóveis e móveis do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

6 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis do Guia de Contratações?

() Não

(x) Sim - Discrimine a seguir:

1. A apólice e os demais documentos da contratação serão em formato digital.
2. O edital da licitação deverá prever a exigência de que a empresa a ser contratada comprove que não está no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores à condições análogas à de escravo, conforme previsto no Guia de Contratações Sustentáveis do

7 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Prazos e Condições:

7.2. Entregar a Apólice de Seguros, objeto do contrato, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato a qual deverá consignar os riscos assumidos, o valor dos objetos segurados, o prêmio devido pelo segurado, o nome do segurador, o nome do segurado e outras estipulações contratuais, observando-se hora e data de início da vigência. A apólice de seguro deverá conter as normas estabelecidas pela SUSEP.

7.2.1 O pagamento da indenização correspondente à importância segurada, em caso de ocorrência dos sinistros, deverá ser realizado pela Contratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data de entrega da documentação necessária.

7.2.2 A indenização será feita mediante pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida pelo CONTRATANTE e encaminhada à CONTRATADA por e-mail, com prazo para pagamento de 20 dias corridos a partir do envio à CONTRATADA

7.2.3 A apólice de seguro deverá ser enviada para o e-mail imoveis@trt4.jus.br.

7.2.4 Por se tratar de serviços contínuos, o contrato terá vigência de 12 meses a contar das 00h do dia 23-08-2024, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

7.3. Deveres e Responsabilidades do Tribunal:

- 7.3.1** Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços.
- 7.3.2** Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação de serviços;
- 7.3.3** Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
- 7.3.4** Efetuar os pagamentos devidos.

7.4. Deveres e Responsabilidades da Contratada:

- 7.4.1** Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada junto ao Tribunal para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este Regional.
- 7.4.2** Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 7.4.3** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 7.4.4** Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários à execução dos serviços.
- 7.4.5** Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.
- 7.4.6** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.
- 7.4.7** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada.
- 7.4.8** Elaborar apólice condizente com as exigências deste Termo de Referência registrando todas as informações necessárias a serem apresentadas para cada tipo de cobertura para que não haja conflito de disposições, o que, ocorrendo, prevalecerá o disposto neste instrumento.
- 7.4.9** Pagar ao Contratante a indenização dos prejuízos sofridos e despesas incorridas devidamente comprovadas, decorrentes dos riscos cobertos e relativos aos bens segurados, até o limite das importâncias seguradas, bem como outras importâncias que forem estipuladas.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- 7.4.10** Emitir endosso da apólice originariamente segurada, quando necessário, garantindo o cumprimento de obrigações decorrentes de aditivo contratual, além das disposições constantes do contrato
- 7.4.11** Efetuar vistorias, caso necessário, em todos locais dos imóveis.
- 7.4.12** Comunicar, por escrito, imediatamente, ao Fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção de providências.
- 7.4.13** Disponibilizar e atualizar perante o contratante, sempre que ocorrerem alterações, o endereço comercial, os telefones e a conta de e-mail, para fins de comunicação entre as partes.
- 7.4.14** Garantir a cobertura prevista do seguro no caso de atraso ou não fornecimento da apólice.

8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:

Integrante	Titular	Substituto	Unidade
Gestor:	Françoise Cruz da Costa	Larissa Herrmann Wanner	Coordenadoria de Material e Logística
Fiscal:	Bibiane de Souza Leal Dreyer	Naira Talia Capellari Leite	Seção de Bens Imóveis

8.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:

8.2.1 O gestor do contrato ficará responsável por:

- 8.2.1.1** Organizar a reunião inicial;
- 8.2.1.2** Encaminhar alterações contratuais;
- 8.2.1.3** Controlar prazos e indicadores contratuais;
- 8.2.1.4** Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;
- 8.2.1.5** Tomar as devidas providências, no caso de ocorrência de sinistro;
- 8.2.1.6** Realizar o recebimento definitivo, emitindo o respectivo termo;
- 8.2.1.7** Verificar as obrigações previstas no encerramento do contrato.

8.2.2 O Fiscal do contrato ficará responsável por:

- 8.2.2.1** Participar da reunião inicial;
- 8.2.2.2** Acompanhar a execução do objeto de acordo com o contrato;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- 8.2.2.3** Monitorar cumprimento de prazos contratuais;
- 8.2.2.4** Encaminhar demandas para a contratada por meio de ordens de serviço e/ou chamados;
- 8.2.2.5** Atestar notas fiscais;
- 8.2.2.6** Conferir o atendimento dos níveis de serviços contratados;
- 8.2.2.7** Conferir documentação exigida no contrato;
- 8.2.2.8** Verificar a conformidade do faturamento do objeto contratado;
- 8.2.2.9** Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados;

8.3. Mecanismos Formais de Comunicação

- 8.3.1** O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail imoveis@trt4.jus.br

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 9.1.** A apólice será recebida provisoriamente, imediatamente após a entrega da apólice do seguro, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e com a proposta apresentada.
- 9.2.** O recebimento definitivo será realizado em até 05 dias úteis após o recebimento provisório.
- 9.3.** O pagamento será realizado após o recebimento definitivo da apólice, em até 10 dias após o ateste.
- 9.4.** A realização do pagamento à CONTRATADA somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.
- 9.5.** A contratada deverá efetuar cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.
- 9.6.** Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

10 REAJUSTE CONTRATUAL

- 10.1.** Os critérios de reajuste serão previstos no edital e/ou no contrato.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

11 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado desta contratação será SIGILOSO, nos termos do Art. 24 da Lei nº 14.133/21. A justificativa para adoção do orçamento sigiloso consta no item 09 do Estudo Técnico Preliminar - EPT, juntado às fls. 9-23, conclui-se pela manutenção do caráter sigiloso até a abertura das propostas a fim de que a Administração possa obter propostas mais vantajosas para a contratação do seguro predial do TRT4. Ademais, o detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas são de conhecimento público.

11.2. O detalhamento da pesquisa de preços consta em documento juntado no processo administrativo.

12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(X) Programa de Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho;

() Outra:

13 FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de Seleção
() Dispensa de Licitação
(X) Pregão Eletrônico
() Concorrência
() Concurso
() Outra:

OBS: Solicita-se a adoção do prazo reduzido conforme previsto no artigo 2º, inciso II da Medida Provisória nº 1.221/2024, que estabelece medidas excepcionais para aquisição de bens e contratação de obras e serviços destinados ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública, conforme os motivos expostos abaixo.

A prorrogação por 12 meses da contratação vigente (Contrato TRT4 nº 40/2023), foi devidamente instruída, com a concordância da contratada e aprovação das instâncias competentes, sendo o termo aditivo assinado pelo Presidente deste TRT. No entanto, a contratada desistiu da prorrogação no momento da assinatura do termo aditivo. Esta decisão está alinhada com a alta sinistralidade devido aos eventos climáticos severos que afetaram o Estado do Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024, incluindo chuvas intensas, enxurradas e inundações amplamente conhecidas nacionalmente.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Diante deste cenário, tentou-se uma contratação emergencial, por 6 meses, com base no art. 75, inciso VIII, para que posteriormente fosse realizada uma nova licitação para contratação do objeto. Como não houve interessados na contratação emergencial, foram retomadas as tratativas com a atual contratada para prorrogação do contrato vigente por um período inferior a 12 meses. Após as tratativas com a contratada, houve concordância na prorrogação (PROAD nº 2070/2023 - fl. 749), com prazo adicional de 60 dias e prêmio de R\$ 21.469,15, a fim de possibilitar que este Tribunal tenha tempo hábil para a publicação de novo processo licitatório.

Diante do cenário evidenciado acima, entende-se que a principal causa da não prorrogação contratual ou da falta de interesse em uma contratação emergencial é o estado de calamidade pública em que se encontra o Estado do RS, o que justifica a utilização do prazo reduzido previsto na Medida Provisória nº 1.221/2024.

Critério de Julgamento
(X) Menor preço global
() Menor preço por item
() Maior desconto
() Outro:

14 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 14.1.** Os critérios de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista estão previstos no edital.
- 14.2.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 14.3.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 14.3.1** Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade de 60 (sessenta) dias, que comprove que a seguradora está legalmente autorizada a operar.

15 SANÇÕES APLICÁVEIS





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

- 15.1.** As sanções relativas a advertências, inexecução total ou parcial, impedimento de licitar e contratar e, se for o caso, declaração de inidoneidade estão previstas no edital.
- 15.2.** No caso de descumprimento do prazo estabelecido para entrega da apólice (item 7.2), ficará a contratada sujeita à aplicação de multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da contratação, por dia de atraso, limitado a 8% (oito por cento).
- 15.3.** No caso de descumprimento do prazo estabelecido para pagamento de indenização (item 7.2.2), ficará a contratada sujeita à aplicação de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), limitada a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Equipe de Planejamento da Contratação	
<i>Documento Assinado Digitalmente</i> JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE L. RIBAS Integrante Requisitante	<i>Documento Assinado Digitalmente</i> FRANÇOISE CRUZ DA COSTA Integrante Demandante
<i>Documento Assinado Digitalmente</i> BIBIANE DE SOUZA LEAL DREYER Integrante Técnico	<i>Documento Assinado Digitalmente</i> KARINA NETTO BILHER Integrante Administrativo



ANEXO I															
PROPRIEDADE		ENDEREÇO	MUNICÍPIO	FUNÇÃO	ATIVIDADES	NÚMERO PAVIMENTOS	ÁREA CONSTRUÍDA	VALOR PRÉDIO	VALOR CONTEÚDO	TOTAL	Transf. de energia elét.	Hidrante	Sprinklers	Elevador	Fotovoltaica
1	UNIÃO	Av. Tiarajú, 972 - Alegrete/RS	Alegrete	VT	unidade judiciária	1	556,00	R\$ 2.040.483,33	R\$ 198.821,02	R\$ 2.239.304,35	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
2	ALUGADO	Av. Elpídio Correa da Silveira, 360 - Alvorada/RS	Alvorada	VT	unidade judiciária	1	450,00	R\$ 761.481,00	R\$ 148.257,02	R\$ 909.738,02	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
3	UNIÃO	Rua Cap. Astrogildo Silveira Machado, 214 - Arroio Grande/RS	Arroio Grande	VT	unidade judiciária	1	556,00	R\$ 1.703.916,93	R\$ 174.110,52	R\$ 1.878.027,45	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
4	UNIÃO	Alameda João Maria Peixoto, 1025 - Bagé/RS	Bagé	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	3	2.740,84	R\$ 3.140.121,63	R\$ 230.028,54	R\$ 3.370.150,17	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
5	UNIÃO	Av. Presidente Costa e Silva, 261 - Bento Gonçalves/RS	Bento Gonçalves	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	4	1.647,26	R\$ 2.502.551,00	R\$ 255.026,37	R\$ 2.757.577,37	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
6	UNIÃO	Rua Moron, 1057 - Cachoeira do Sul/RS	Cachoeira do Sul	VT	unidade judiciária	2	616,80	R\$ 921.877,00	R\$ 113.886,29	R\$ 1.035.763,29	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
7	UNIÃO	Av. Cai, 1850 - Cachoeirinha/RS	Cachoeirinha	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	3	2.547,00	R\$ 6.829.605,61	R\$ 303.228,80	R\$ 7.132.834,41	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
8	UNIÃO	Rua Antônio Duro, 240 - Camaquã/RS	Camaquã	VT	unidade judiciária	1	670,33	R\$ 6.829.605,61	R\$ 115.410,85	R\$ 6.945.016,46	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
9	UNIÃO	Rua Victor Barreto, 3516 e 3530 - Canoas/RS	Canoas	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 5ª Varas)	3	2.206,95	R\$ 6.006.854,07	R\$ 515.510,29	R\$ 6.522.364,36	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
10	ALUGADO	Rua André Pusti, 390 - Capão da Canoa/RS	Capão da Canoa	PAJT	unidade judiciária	2	724,20	R\$ 1.225.476,76	R\$ 206.724,27	R\$ 1.432.201,03	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
11	UNIÃO	Rua Bento Gonçalves, 365 - Carazinho/RS	Carazinho	VT	unidade judiciária	2	467,82	R\$ 640.689,48	R\$ 114.037,23	R\$ 754.726,71	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
12	UNIÃO	Av. da Vindima, 303 - Caxias do Sul/RS	Caxias do Sul	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 6ª Varas)	3	2.067,00	R\$ 3.199.595,00	R\$ 563.982,39	R\$ 3.763.577,39	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM
13	ALUGADO	Rua Luiz Rossi, 111, Subsolo - Caxias do Sul/RS	Caxias do Sul	outros	arquivo de processos	1	277,99	R\$ 470.409,12	R\$ 1.445,14	R\$ 471.854,26	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
14	ALUGADO	Rua Procópio Gomes, 913 - Cruz Alta/RS	Cruz Alta	VT	unidade judiciária	2	710,73	R\$ 1.202.683,09	R\$ 148.597,45	R\$ 1.351.280,54	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
15	ALUGADO	Rua Bernardino Ângelo, 1326 - Dom Pedrito/RS	Dom Pedrito	PAJT	unidade judiciária	2	604,74	R\$ 1.023.328,93	R\$ 103.217,14	R\$ 1.126.546,07	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
16	ALUGADO	Rua Monsenhor Scalabrini, 1109 Encantado/RS	Encantado	VT	unidade judiciária	1	366,38	R\$ 619.980,91	R\$ 142.314,27	R\$ 762.295,18	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
17	UNIÃO	Rua Fioravante Tagliari, 380 - Erechim/RS	Erechim	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 3ª Varas)	4	3.532,88	R\$ 2.834.837,63	R\$ 508.277,88	R\$ 3.343.115,51	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
18	UNIÃO	Av. Sete de Setembro, 60 - Estância Velha/RS	Estância Velha	VT	unidade judiciária	1	492,88	R\$ 1.911.115,11	R\$ 186.518,09	R\$ 2.097.633,20	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
19	ALUGADO	Rua Padre Claret, 222 - Esteio/RS	Esteio	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	4	1.171,50	R\$ 1.982.388,87	R\$ 187.535,30	R\$ 2.169.924,17	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
20	UNIÃO	Rua Pinheiro Machado, 285 - Estrela/RS	Estrela	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	3	2.631,21	R\$ 5.906.908,00	R\$ 672.071,53	R\$ 6.578.979,53	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
21	UNIÃO	Rua Treze de Maio, 51-A - Farroupilha/RS	Farroupilha	VT	unidade judiciária	2	800,20	R\$ 1.220.151,00	R\$ 132.651,96	R\$ 1.352.802,96	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
22	ALUGADO	Rua Tenente Portela, 789 - Frederico Westphalen/RS	Frederico Westphalen	VT	unidade judiciária	2	600,00	R\$ 1.015.308,00	R\$ 116.276,96	R\$ 1.131.584,96	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
23	ALUGADO	Rua João Carniel, 484 - Gramado/RS	Gramado	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	3	1.117,44	R\$ 1.890.909,62	R\$ 263.780,13	R\$ 2.154.689,75	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
24	UNIÃO	Rua dos Sabiás, 320 - Gravataí/RS	Gravataí	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 4ª Varas)	3	2.474,00	R\$ 7.528.561,15	R\$ 448.694,86	R\$ 7.977.256,01	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
25	UNIÃO	Rua Serafim Silva, 120 - Gualba/RS	Gualba	VT	unidade judiciária	1	496,00	R\$ 1.456.324,20	R\$ 133.048,76	R\$ 1.589.372,96	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
26	UNIÃO	Rua Tiradentes, 663 - Ijuí/RS	Ijuí	VT	unidade judiciária	2	886,69	R\$ 1.657.756,00	R\$ 142.455,64	R\$ 1.800.211,64	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
27	ALUGADO	Rua Rodrigues Lima, 376 - 3º andar - Itaqui/RS	Itaqui	PAJT	unidade judiciária	1	248,59	R\$ 420.659,03	R\$ 108.823,89	R\$ 529.482,92	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
28	UNIÃO	Rua Profª. Leocádia Jaeger Caimi, 137 - Lagoa Vermelha/RS	Lagoa Vermelha	VT	unidade judiciária	1	555,57	R\$ 1.845.971,24	R\$ 201.644,11	R\$ 2.047.615,35	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
29	UNIÃO	Rua Paulo Frederico Schumacher, 115 - Lajeado/RS	Lajeado	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	1	755,99	R\$ 1.016.988,00	R\$ 175.108,87	R\$ 1.192.096,87	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
30	ALUGADO	Av. Júlio Borella, 1769 - Marau/RS	Marau	PAJT	unidade judiciária	1	389,54	R\$ 659.171,80	R\$ 100.828,69	R\$ 760.000,49	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
31	UNIÃO	Rua Campos Neto, 221 - Montenegro/RS	Montenegro	VT	unidade judiciária	1	379,55	R\$ 809.411,74	R\$ 122.902,27	R\$ 932.314,01	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
32	ALUGADO	Rua Luiz Marafon, 1646 - Nova Prata/RS	Nova Prata	PAJT	unidade judiciária	3	724,20	R\$ 1.225.476,76	R\$ 138.296,96	R\$ 1.363.773,72	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
33	UNIÃO	Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio, 400 - Novo Hamburgo/RS	Novo Hamburgo	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 5ª Varas)	8	4.248,06	R\$ 19.901.747,90	R\$ 798.165,59	R\$ 20.699.913,49	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
34	UNIÃO	Rua Major João Marques, 253 - Osório/RS	Osório	VT	unidade judiciária	1	323,45	R\$ 700.171,02	R\$ 121.091,42	R\$ 821.262,44	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
35	UNIÃO	Rua Miguel Rocha Sampaio, 136 - Palmeira das Missões/RS	Palmeira das Missões	VT	unidade judiciária	2	1.410,53	R\$ 1.684.426,00	R\$ 120.890,90	R\$ 1.805.316,90	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
36	ALUGADO	Rua Nossa Senhora de Fátima 309 - Panambi/RS	Panambi	PAJT	unidade judiciária	1	261,55	R\$ 442.589,68	R\$ 123.776,24	R\$ 566.365,92	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
37	ALUGADO	Rua Gal. Osório, 937 - Passo Fundo/RS	Passo Fundo	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 4ª Varas)	5	2.440,00	R\$ 4.128.919,20	R\$ 401.675,96	R\$ 4.530.595,16	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
38	UNIÃO	Rua 29 de junho, 160 - Pelotas/RS	Pelotas	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 4ª Varas)	2	3.621,00	R\$ 2.563.997,00	R\$ 590.450,66	R\$ 3.154.447,66	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
39	UNIÃO	Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	Ed. Sede do T	unidades judiciárias (2º grau) e administr	12	15.071,00	R\$ 14.744.963,63	R\$ 6.404.777,09	R\$ 21.149.740,72	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
40	UNIÃO	Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	Ed. Adm.	unidades administrativas	9	6.137,10	R\$ 7.712.525,86	R\$ 13.811.088,33	R\$ 21.523.614,19	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
41	UNIÃO	Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	Ed. Adm.	plenário	2	1.087,31	R\$ 1.239.159,04	R\$ 227.473,63	R\$ 1.466.632,67	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
42	UNIÃO	Av. Praia de Belas, 1432, prédio I - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 12ª VT)	8	6.891,00	R\$ 4.057.734,08	R\$ 4.603.696,11	R\$ 8.661.430,19	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
43	UNIÃO	Av. Praia de Belas, 1432, prédio II - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	Fórum	unidades judiciárias (13ª a 30ª VT) e esta	8	9.888,00	R\$ 9.945.742,61	R\$ 5.179.158,13	R\$ 15.124.900,74	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
44	UNIÃO	Av. Praia de Belas, 1432, prédio III - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	Escola Judicial e Biblioteca	3	2.881,00	R\$ 2.935.229,16	R\$ 1.266.016,43	R\$ 4.201.245,59	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
45	UNIÃO	Rua Gen. João Telles, 369 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	arquivo de processos e Memorial da JT	6	2.344,16	R\$ 2.714.788,82	R\$ 180.156,49	R\$ 2.894.945,31	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
46	UNIÃO	Rua Marçilio Dias, 446 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	Ed. Adm.	Seções de Transportes e de Manutenção	1	175,04	R\$ 864.209,35	R\$ 1.132.370,72	R\$ 1.996.580,07	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
47	ALUGADO	Rua Provenzano, 235 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	arquivo de processos	1	3.001,50	R\$ 5.079.078,27	R\$ 208.251,02	R\$ 5.287.329,29	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
48	ALUGADO	Rua Provenzano, 275 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	arquivo de processos	1	1.405,44	R\$ 2.378.257,46		R\$ 2.378.257,46	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
49	ALUGADO	Rua Dr. Barcelos, 2667 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	Seção de Almoxarifado	2	652,82	R\$ 1.104.688,95	R\$ 90.458,59	R\$ 1.195.147,54	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
50	ALUGADO	Rua Sérgio Jungblut Dieterich, 1020, pav. 1 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	Marcenaria	2	671,81	R\$ 1.136.823,45	R\$ 960.820,60	R\$ 2.097.644,05	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
51	ALUGADO	Rua Sérgio Jungblut Dieterich, 1020, pav. 7 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	depósito de bens permanentes (estoque)	2	547,10	R\$ 925.791,68	R\$ 895.694,94	R\$ 1.821.486,62	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
52	ALUGADO	Rua Sérgio Jungblut Dieterich, 1020, pav. 8 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	depósito de bens permanentes (estoque)	2	547,10	R\$ 925.791,68	R\$ 895.694,94	R\$ 1.821.486,62	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
53	ALUGADO	Rua Sérgio Jungblut Dieterich, 1020, pav. 9 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	depósito de bens permanentes (estoque)	2	547,10	R\$ 925.791,68	R\$ 895.694,94	R\$ 1.821.486,62	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
54	UNIÃO	Rua Val Porto, 485 - Rio Grande/RS	Rio Grande	Fórum	unidades judiciárias (CCDF, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas)	2	1.031,33	R\$ 3.892.217,13	R\$ 207.959,15	R\$ 4.100.176,28	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
55	ALUGADO	Rua Amaro Souto, 2327 - Rosário do Sul/RS	Rosário do Sul	VT	unidade judiciária	3	441,00	R\$ 746.251,38	R\$ 116.289,71	R\$ 862.541,09	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
56	UNIÃO	Rua Presidente Prudente de Moraes, 603 - Santa Cruz do Sul/RS	Santa Cruz do Sul	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 3ª Varas)	5	1.458,67	R\$ 2.093.356,00	R\$ 271.197,49	R\$ 2.364.553,49	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
57	UNIÃO	Alameda Montevideu, 233 - Santa Maria/RS	Santa Maria	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	3	2.344,46	R\$ 8.379.670,23	R\$ 333.687,74	R\$ 8.713.357,97	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
58	UNIÃO	Rua Santos Dumont, 496 - Santa Rosa/RS	Santa Rosa	Fórum	unidades judiciárias (CCDF e 1ª VT)	3	626,67	R\$ 522.238,00	R\$ 140.512,28	R\$ 662.750,28	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
59	ALUGADO	Rua Santos Dumont, 489 - Santa Rosa/RS	Santa Rosa	VT	unidade judiciária (2ª VT)	1	215,08	R\$ 363.954,07	R\$ 52.558,45	R\$ 416.512,52	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
60	ALUGADO	Av. Justino Amonte Anacker, 1000 - Santa Vitória do Palmar/RS	Santa Vitória do Palmar	VT	unidade judiciária	1	602,63	R\$ 1.019.758,43	R\$ 126.501,95	R\$ 1.146.260,38	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
61	UNIÃO	Rua Duque de Caxias, 1520 - Santana do Livramento/RS	Santana do Livramento	VT	unidade judiciária	2	1.575,13	R\$ 1.563.806,60	R\$ 118.086,05	R\$ 1.681.892,65	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
62	ALUGADO	Rua Barão do Rio Branco, 511, térreo - Santiago/RS	Santiago	VT	unidade judiciária	1	345,00	R\$ 583.802,10	R\$ 122.347,70	R\$ 706.149,80	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
63	UNIÃO	Rua Vinte e Cinco de Julho, 660 - Santo Ângelo/RS	Santo Ângelo	VT	unidade judiciária	2	665,00	R\$ 842.960,06	R\$ 203.295,76	R\$ 1.046.255,82	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
64	UNIÃO	Rua Coronel Aparício Mariense da Silva, 1474 - São Borja/RS	São Borja	VT	unidade judiciária	1	556,00	R\$ 1.644.935,10	R\$ 173.429,12	R\$ 1.818.364,22	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
65	UNIÃO	Rua José Lourenço Lisboa, 173 - São Gabriel/RS	São Gabriel	VT	unidade judiciária	1	754,79	R\$ 2.130.605,37	R\$ 114.310,60	R\$ 2.244.915,97	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
66	UNIÃO	Rua João Daisson, 35 - São Jerônimo/RS	São Jerônimo	VT	unidade judiciária	1	314,06	R\$ 358.584,49	R\$ 95.218,72	R\$ 453.803,21	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
67	UNIÃO	Rua João Correa, 656 - São Leopoldo/RS	São Leopoldo	Fórum	unidades judiciárias (CCDF, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas)	2	869,95	R\$ 1.291.147,25	R\$ 313.255,12	R\$ 1.604.402,37	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
68	ALUGADO	Rua Marquês do Herval, 391, salas 202 e 203 - São Leopoldo/RS	São Leopoldo	Fórum	unidades judiciárias (CCDF, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas)	1	926,14	R\$ 1.567.195,59		R\$ 1.567.195,59	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
69	ALUGADO	Rua Senador Pinheiro Machado, 387 - São Lourenço do Sul/RS	São Lourenço do Sul	PAJT	unidade judiciária	1	246,27	R\$ 416.733,17	R\$ 104.892,15	R\$ 521.625,32	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
70	ALUGADO	Av. Dr. Bruno Cassel, 211 - São Sebastião do Cai/RS	São Sebastião do Cai	PAJT	unidade judiciária	1	235,34	R\$ 398.237,64	R\$ 105.801,84	R\$ 504.039,48	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
71	UNIÃO	Rua Padre Réus, 597 - Sapiranga/RS	Sapiranga	Fórum											



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

BIBIANE
DE SOUZA
LEAL
DREYER
02/07/2024 17:46

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

1. OBJETO A SER CONTRATADO

O objeto da contratação é o serviço de seguro predial para os imóveis próprios e locados, ocupados pelo TRT4.

2. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE

Unidade/Setor:	Seção de Bens Imóveis
Responsável:	Bibiane de Souza Leal Dreyer

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atualmente, o TRT4 ocupa 82 imóveis, sendo 49 imóveis próprios, com valor avaliado em R\$ 180.447.178,72, e 33 imóveis locados, avaliados em R\$ 39.538.377,96. Além disso, os bens móveis alocados nestes imóveis perfazem o montante de R\$ 50.908.441,93. Os valores dos bens móveis e dos imóveis próprios são os mais representativos do ativo do Tribunal, o que evidencia a necessidade da existência de seguro.

A necessidade surge em decorrência do encerramento do seguro anterior, objeto do Contrato TRT4 nº 40/2023, devido à decisão da contratada em não renovar a apólice que segue vigente até o dia 23/08/2024. Este encerramento cria a urgência em assegurar a proteção contínua do patrimônio contra riscos imprevistos e danos que possam afetar a estrutura predial.

Importante mencionar que a contratada havia manifestado interesse na renovação do contrato por 12 meses. Desse modo, houve a tramitação da prorrogação contratual, com aprovação das instâncias competentes, sendo que o termo aditivo, inclusive, foi assinado pelo Presidente deste TRT. No entanto, a contratada, no momento da assinatura do termo aditivo, desistiu da prorrogação, ocasionando a necessidade de tramitação de uma nova licitação com a maior brevidade possível.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Além disso, o Estado do Rio Grande do Sul enfrenta uma situação oficial de calamidade, respaldada pelo Decreto nº 57.596, de 1º de maio de 2024, e pelo posterior Decreto Nº 57.600, de 4 de maio 2024, que reitera o estado de calamidade pública no território do Estado. Esta condição aumenta os riscos associados a eventos adversos como tempestades severas, enchentes, deslizamentos de terra, entre outros, que podem impactar negativamente a integridade física e funcional do imóvel.

Também, já é praxe a realização de contratação de seguro de imóveis no TRT4, levando em consideração o histórico recente de sinistros e a alta probabilidade de graves eventos climáticos futuros no Estado, o que evidencia a necessidade de que seja mantida a contratação.

Desde 2016 as seguradoras contratadas pelo TRT4 ressarciram o montante de R\$ 570.634,38 por prejuízos decorrentes de eventos cobertos pelo seguro. Importante destacar que, considerando a ocorrência recente de sinistros relacionados aos últimos eventos climáticos, espera-se um provável ressarcimento adicional na ordem de R\$ 2,6 milhões de reais. Com isso, o montante total ressarcido aumentará consideravelmente.

Esses números refletem a importância do seguro predial como um instrumento essencial para mitigar os impactos financeiros de eventos adversos, especialmente em regiões afetadas por condições climáticas severas. A capacidade das seguradoras em cobrir esses prejuízos demonstra a eficácia do seguro em proteger o patrimônio público contra riscos significativos.

Por fim, apesar das edificações do TRT4 serem dotadas de diversos sistemas de prevenção de combate a incêndio, de segurança, entre outros mecanismos de gerenciamento, eles não são suficientes para garantia integral do patrimônio do órgão, especialmente em razão do alto valor envolvido. A contratação de um novo seguro predial é essencial para garantir a continuidade da proteção exigida para o patrimônio do TRT4. Isso assegura que, mesmo diante de circunstâncias adversas durante o período de calamidade, haja recursos disponíveis para reparação de danos estruturais e mitigação de perdas financeiras associadas.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

4. QUANTIDADE A SER CONTRATADA E JUSTIFICATIVA

A princípio, a contratação envolverá todos os 82 imóveis do TRT4. A definição final da contratação vai ocorrer após a realização do estudo técnico preliminar.

5. PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER ENTREGUE O BEM
OU INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Data 23/08/2024 Motivo: Término do contrato vigente

() Não se aplica

6. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO¹

A contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico Institucional do Tribunal?

() Sim – Qual?

- () Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais
- (X) Promover o trabalho decente e a sustentabilidade
- () Garantir a duração razoável do processo
- () Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados
- () Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas
- () Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas
- () Fortalecer a governança e a gestão estratégica
- () Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
- () Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional
- () Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados

() Não

RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Documento Assinado Digitalmente

Bibiane de Souza Leal Dreyer
Assistente-Chefe da Seção de Bens Imóveis

¹ A consulta detalhada aos objetivos estratégicos pode ser realizada no Plano Estratégico Institucional 2021-2026, disponível no site do Tribunal ([Planejamento Estratégico](https://proad.trt4.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml)).





PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1. OBJETO A SER CONTRATADO

O objeto da contratação é o serviço de seguro predial para os imóveis próprios e locados, ocupados pelo TRT4.

BIBIANE DE SOUZA LEAL DREYER
02/07/2024 17:46

FRANÇOISE CRUZ DA COSTA
03/07/2024 10:37

KARINA NETTO BILHER
03/07/2024 12:33

JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
03/07/2024 12:42

2. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Nome	Tipo de Integrante Demandante / Requisitante / Técnico / Administrativo	Unidade/Setor
Bibiane de Souza Leal Dreyer	Demandante	Seção de Bens Imóveis
Françoise Cruz da Costa	Demandante	Coordenadoria de Material e Logística
Karina Netto Bilher	Administrativo	Assessoria de Controle Administrativo
João Henrique Carvalho de Lima Ribas	Requisitante	Secretaria de Administração

Documento Assinado Digitalmente
JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
Gestor da Unidade Requisitante

Equipe de Planejamento da Contratação	
Os integrantes da equipe de planejamento da contratação declaram ciência da sua nomeação, bem como possuir conhecimento das regras e diretrizes consignadas na Instrução Normativa nº 5/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e na Lei 14.133/2021.	
<i>Documento Assinado Digitalmente</i> JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS Integrante Requisitante	<i>Documento Assinado Digitalmente</i> FRANÇOISE CRUZ DA COSTA Integrante Demandante
<i>Documento Assinado Digitalmente</i> BIBIANE DE SOUZA LEAL DREYER Integrante Técnico	<i>Documento Assinado Digitalmente</i> KARINA NETTO BILHER Integrante Administrativo





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

NAIRA
TALIA
CAPELLARI
LEITE
03/07/2024 15:08

BIBIANE
DE SOUZA
LEAL
DREYER
03/07/2024 15:17

LARISSA
HERMANN
WANNER
03/07/2024 15:29

FRANCOISE
CRUZ DA
COSTA
03/07/2024 15:34

INDICAÇÃO DE GESTOR	
Nomeação do Responsável pela Gestão do Contrato	
Titular:	Françoise Cruz da Costa
Substituto:	Larissa Herrmann Wanner
Objeto:	O objeto da contratação é o serviço de seguro predial para os imóveis próprios e locados ocupados pelo TRT4.

INDICAÇÃO DE FISCAL	
Nomeação do Responsável pela Fiscalização do Contrato	
Titular:	Bibiane de Souza Leal Dreyer
Substituto:	Naira Talia Capellari Leite
Objeto:	O objeto da contratação é o serviço de seguro predial para os imóveis próprios e locados ocupados pelo TRT4.

CIÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FISCAL E GESTOR
DECLARAÇÃO
<p>Os servidores designados, e seus substitutos, declaram:</p> <p>Ciência da sua nomeação para a contratação a ser formalizada para o objeto descrito acima; Conhecer suas atribuições descritas no instrumento contratual, no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos do Tribunal e nas regras e diretrizes consignadas na Lei 8.666/93; Compreender que suas funções englobam aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os produtos/serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, quando for o caso, bem como prestar apoio à instrução processual, dentre outras; Não estarem impedidos de exercer as atividades para as quais foram designados.</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

versão março/2023

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO A SER CONTRATADO

O objeto da contratação é o serviço de seguro predial dos 82 imóveis próprios e locados, ocupados pelo TRT4.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- A justificativa deve conter os fatos e fundamentos que especifiquem a necessidade de uso/utilização do bem/serviço, bem como os benefícios a serem alcançados, considerando o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público.

A descrição da necessidade da contratação consta no Documento de Formalização da Demanda.

3. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL

O alinhamento com o planejamento estratégico consta no Documento de Formalização da Demanda.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A demanda está prevista no Plano de Gestão de Contratações – PGC?

(X) Sim: ID da Demanda nº SA-31 () Não

OBS: No Plano de Contratações Anual, foi indicado que seria feita a prorrogação contratual. No entanto, diante do desinteresse do contratado na renovação, será feita uma nova contratação.

5. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

- Contratação correlata: aquela cujo objeto seja similar ou correspondente ao da contratação pretendida.
- Contratação interdependente: aquela que, por guardar relação direta na execução do objeto, deve ser contratada juntamente para a plena satisfação da necessidade da demanda ou que poderá afetar ou ser afetada pela execução da contratação pretendida.

FRANCOISE
CRUZ DA
COSTA
03/07/2024 13:46

JOAO
HENRIQUE
CARVALHO
DE LIMA
RIBAS
03/07/2024 13:55

KARINA
NETTO
BILHER
03/07/2024 14:03

BIBIANE
DE SOUZA
LEAL
DREYER
03/07/2024 14:59





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

5.1 Contratações Correlatas:

5.1.1) Contratação de serviços de vigilância armada para as unidades judiciárias e administrativas do TRT4.

- Contrato TRT4 nº 80/2022 - Fim da vigência: 01/12/2024.

5.1.2) Contratação de Serviço de Manutenção de Sistemas de Alarme de Intrusão e CFTV.

- Contrato TRT4 nº 17/2021 - Fim da vigência: 20/04/2025.

5.1.3) Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI).

- Diversas contratações: uma para cada imóvel.

5.1.4) Locação de imóvel.

- Diversas locações: lista completa disponível no Anexo I - Lista de Imóveis.

5.1.5) Cessão de uso de área (OAB, CEF, BB, TRE/RS e JF/RS).

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Relacionar e justificar os requisitos mínimos e essenciais para o atendimento da demanda.
- Justificar detalhadamente a necessidade dos requisitos que limitem a concorrência no certame.

TIPOS	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Negócio	Contratação de seguro predial dos 82 imóveis	Apesar das edificações do TRT4 serem dotadas de diversos sistemas de prevenção de combate a incêndio, de segurança, entre outros mecanismos de gerenciamento, eles não são suficientes para garantir a segurança integral do patrimônio do, especialmente em razão do alto valor envolvido. Desse modo, é necessário contratar seguro para os 82 imóveis ocupados pelo TRT4, sendo 49 próprios e 33 locados. Ademais, já é prática a contratação de seguro de imóveis no TRT4 e o histórico recente de sinistros evidencia a necessidade de que seja mantida a contratação.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Legais	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021	Lei que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
	Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021.	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
	Resolução CNJ nº 347, de 04 de dezembro de 2020.	Resolução que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.
	Portaria TRT4 nº 1.737/2023	Regulamenta, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, as licitações e contratações promovidas com fundamento na Lei nº 14.133/2021
	Portaria TRT4 nº 3.735/2022	Aprova o Guia de Contratações Sustentáveis do Tribunal Regional da 4ª Região.
Temporais	A contratação deverá ocorrer até 23/08/2024, data de encerramento da vigência do Contrato nº 40/2023.	Continuidade do Serviço: Pela continuidade das coberturas do seguro, é essencial que a contratação ocorra até o final da vigência do atual contrato. Apesar de ainda ser possível a prorrogação do contrato atual, houve opção por realizar uma nova contratação com novas coberturas.
Segurança da Informação	Necessária inclusão de cláusula padrão LGPD	Garantir a segurança das informações e dos dados pessoais tratados durante a execução do contrato.
Técnicos	Apólice Digital	Apresentação da apólice em formato digital, atendendo aos critérios de sustentabilidade.
	Regras para inclusão e exclusão de imóveis	Há alta probabilidade de ser necessária a inclusão ou exclusão de imóvel na cobertura. Em caso de ocorrência, a contratação deve prever a forma





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

		e o prazo de realizar a inclusão ou exclusão.
	Procedimentos no caso de ocorrência de sinistro	É necessário o estabelecimento de regras claras para as tratativas junto à seguradora no caso de ocorrer um sinistro. Como o sinistro pode ocorrer em vários lugares e envolver várias unidades internas diferentes, o estabelecimento dessas regras facilita as tratativas com a seguradora e reduz o risco de não ocorrer o ressarcimento por falta de documentação ou descumprimento de algum prazo.
	Cobertura Básica - Incêndio, queda de raio e explosão	A cobertura principal de um seguro (ramo) é básica porque sem ela não é possível emitir uma apólice. São agregadas, à cobertura básica, as coberturas adicionais/ acessórias
	Cobertura Acessória - Alagamento/Inundação	Avaliou-se que é de suma importância a inclusão de tal cobertura tendo em vista o sinistro de alagamento ocorrido no prédio-sede em 26/01/2022, em que foi indeferida a solicitação de ressarcimento do prejuízo de R\$ 76.755,72. Além disso, com as atuais condições climáticas relativas à Região Sul do país, incluindo o RS, existe possibilidade de ocorrências de sinistros dessa natureza.
	Cobertura Acessória - Danos elétricos	A contratação atual já prevê tal cobertura acessória e julgou-se pertinente mantê-la, tendo em vista a probabilidade de ocorrência e a grande quantidade de equipamentos eletrônicos existentes no patrimônio do TRT4. Ademais, tal cobertura cobriria danos elétricos no sistema de placas fotovoltaicas, que já foi implementado em alguns prédios e está sendo implementado em outros.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Cobertura Acessória - Derrame d'Água ou Substância Líquida Contida em Chuveiros Automáticos (Sprinklers)	A contratação atual já prevê tal cobertura acessória e julgou-se pertinente mantê-la, tendo em vista que vários prédios possuem a instalação de sistema de sprinklers.
Cobertura Acessória - Impacto veículos/queda de aeronaves	A contratação atual já prevê tal cobertura acessória e julgou-se pertinente mantê-la, tendo em vista a probabilidade de ocorrência.
Cobertura Acessória - Responsabilidade civil	Avaliou-se que, pela quantidade de prédios e pessoas envolvidas neste Regional, é pertinente a sua inclusão. Além disso, em contatos com as seguradoras, constatou-se que se trata de cobertura com bom custo-benefício.
Cobertura Acessória - Tumultos	Avaliou-se que pela quantidade de prédios e atual conjuntura política, econômica e social, optou-se pela sua inclusão. Além disso, em contatos com as seguradoras, constatou-se que se trata de cobertura com bom custo-benefício.
Cobertura Acessória - Vendaval, ciclone, tornado, granizo	A contratação atual já prevê tal cobertura acessória e considerando o histórico de sinistro, julgou-se pertinente mantê-la. Além disso, com as condições atuais climáticas relativas à Região Sul do país, incluindo o RS, existe possibilidade de ocorrências de sinistros dessa natureza.
Cobertura Acessória - Vidro	Na contratação atual, a cobertura "Vidro" compôs a cobertura básica. No entanto, após a realização do Estudo Técnico Preliminar, verificou-se que tal cobertura é acessória. A cobertura será mantida pela probabilidade de ocorrência e





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

		pelas características dos prédios do Tribunal.
Metodologia de trabalho e implantação da solução	Cobertura da apólice - todos os imóveis do TRT4 conforme Anexo I - Lista de Imóveis.	1 - Considerando o alto número de imóveis ocupados pelo TRT4, bem como observando a prática do mercado, a contratação se dará através de uma única apólice que cubra todos os imóveis e seus conteúdos. Ademais, ressalta-se que na pesquisa realizada não foi identificado prejuízo ao comparar contratação pelo valor global e contrações individuais ou em lotes.
	Local da cobertura	2 - Cobrir o valor de todos os imóveis ocupados pelo TRT4. Ressalta-se que o imóvel que abriga a 2ª VT de Santa Rosa é, atualmente, o de menor valor (R\$ 416.512,52 - imóvel + conteúdo), e o de maior valor é o relativo ao Prédio Sede em Porto Alegre (R\$ 21.523.614,19 (imóvel +conteúdo).
Habilitação Técnica e/ou Jurídica	Certidão de Regularidade - SUSEP	A empresa deverá comprovar que dispõe de Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

7. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS	
<ul style="list-style-type: none">➤ Analisar o Guia de Contratações Sustentáveis do TRT4.➤ Exemplo de medidas mitigadoras: requisitos de baixo consumo de recursos naturais, logística reversa, reciclagem e destinação final dos resíduos gerados em decorrência da contratação, etc.	
IMPACTO AMBIENTAL	MEDIDAS MITIGADORAS
Gasto de papel	Utilização de meio digital para encaminhamento da apólice de seguro e quaisquer outros documentos relacionados à execução do contrato.
Submeter empregados à condição análoga de escravidão.	Exigir, no edital de licitação, comprovação de que a contratada não está no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores à condições análogas à de escravo, conforme previsto no Guia de Contratações Sustentáveis do TRT4.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

A contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável?

(X) Sim: Meta 5.3 - Impressões per capita

() Não

() Não se aplica

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO CONSULTAS E ESTUDOS REALIZADOS	
AÇÃO	DOCUMENTAÇÃO GERADA
Consulta a fornecedores	E-mails e relatórios. Houve dificuldade na pesquisa de mercado diretamente com as seguradoras. Não houve retorno com orçamentos por e-mail. Também, não houve retorno de dúvidas suscitadas por e-mail.. Os e-mails enviados aos fornecedores constam no Anexo II do ETP.
Consulta a contratações de outros órgãos	Editais de licitação, atas de registro de preços, contratos, etc. A documentação foi juntada no Proad nº 3756/2024.
Contatos telefônicos junto a seguradoras	Em razão da dificuldade de analisar todas as coberturas, identificando as melhores opções para a contratação, foram enviados e-mails com questionamentos e tentativas de realizar reuniões com representantes de seguradoras. Tanto a realização de reuniões quanto o envio de e-mails foram infrutíferos. Diante disso, foram realizados diversos contatos telefônicos com seguradoras que já possuem relacionamento com o TRT4, onde foram obtidas diversas informações que auxiliaram na elaboração deste ETP.
Consulta ao site da Superintendência de Seguros Privados (Susep)	Guia de Orientação e Defesa do Segurado
Estudos técnicos	Relatórios, estudos, etc.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO
ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E
ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Descrição da Solução 1	Contratação de seguro predial
------------------------	-------------------------------





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Atendimento aos Requisitos	A solução atende a todos os requisitos da contratação especificados no item 6 deste documento? (X) Sim () Não atende ao requisito _____
Estimativa do valor da contratação (a eventual falta de estimativa de valor da solução deve ser justificada)	<p><u>Valor estimado:</u> O valor estimado desta contratação será sigiloso nos termos Art. 24 da Lei nº 14.133/21.</p> <p><u>Memória de cálculo:</u></p> <p>➤ Consta em documento juntado no processo administrativo.</p> <p><u>Observação:</u> Após analisar os valores praticados por outros órgãos da Administração Pública para seguros de imóveis e considerando a dificuldade em obter orçamentos condizentes com a atual situação de mercado para seguros no Estado do RS, concluiu-se que a utilização de orçamento sigiloso para a contratação do seguro predial do TRT4, conforme previsto no Art. 24 da Lei nº 14.133/21, é justificada pelos seguintes motivos:</p> <p>1. Situação de Calamidade no RS e Impossibilidade de Renovação da apólice vigente:</p> <p>- O estado de calamidade enfrentado pelo Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio resultou em um aumento significativo no risco segurado. Isso foi evidenciado pela ocorrência de sinistros durante esse período no TRT4, o que implicou em um substancial aumento no custo da prorrogação do seguro.</p> <p>- A prorrogação contratual, referente ao Contrato nº 40/2023, já estava em processo de tramitação, com a concordância da contratada, e o termo aditivo havia sido assinado pela Presidência. No entanto, com o agravamento da situação de emergência devido aos eventos climáticos no Estado, a Seguradora optou por não renovar o seguro predial. Diante disso, foi proposta uma prorrogação emergencial por 90 dias, tendo a contratada aceitado o prazo de 60 dias. Isso intensificou a necessidade imediata de contratar um novo seguro.</p> <p>2. Análise de Custo Baseada em Dados Atualizados e Contexto Específico:</p> <p>- A análise de custo considerou os valores praticados por outros órgãos públicos e pelo TRT4, levando em conta as características únicas de cada edificação, como idade, sistemas de segurança contra incêndios (incluindo detecção automática e sprinklers), presença de datacenters, e os diferentes tipos de coberturas associadas. Foi adotado um critério de análise parametrizado pela relação entre o</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

	<p>prêmio e o valor total segurado para avaliar os preços, assegurando alinhamento com as práticas do setor público. Este método visa mitigar diferenças significativas nas contratações, garantindo um processo licitatório mais seguro e eficiente para o TRT4. No entanto, devido à situação de calamidade no Rio Grande do Sul, há incertezas quanto à obtenção de um valor definitivo, devido ao elevado risco de sinistros futuros.</p> <p>- Os valores utilizados como referência atual foram extraídos da pesquisa de preços realizada na contratação vigente, conforme consta no Proad nº 2194/2023, com os valores devidamente atualizados. Optou-se por considerar uma amostra de cinco órgãos pesquisados anteriormente, dada a recenticidade da pesquisa, para estimar os valores na nova contratação. Ademais, foi possível verificar o valor atual de todas as contratações.</p> <p>3. Falta de Propostas Realistas no Mercado:</p> <p>- Foi realizada consulta para mais de 10 empresas que não apresentaram propostas que refletissem um parâmetro realista do valor a ser contratado para o novo seguro predial.</p> <p>- Esta falta de competitividade pode comprometer a obtenção de uma contratação vantajosa para o TRT4.</p> <p>4. Necessidade de Sigilo para Garantir Vantagens na Contratação:</p> <p>- A utilização de um orçamento sigiloso é necessária em razão da dificuldade em levantar o valor adequado para a contratação, em razão de todos os motivos expostos anteriormente. Desse modo, entende-se que a adoção do orçamento sigiloso trará maior segurança, evitando-se que os eventuais concorrentes utilizem o preço de referência para realizar propostas ao invés de propor os custos efetivos para a contratação.</p>
<p>Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar</p>	<p>Solução escolhida:</p> <p>(X) Sim - Justificativa <u>técnica e econômica</u> da solução escolhida:</p> <p>➤ Tal solução foi escolhida tendo em vista a importância em proteger o patrimônio público da instituição, evitando prejuízos ao erário e observando o princípio da economicidade. Considerando o valor envolvido para cobertura do seguro e o valor estimado da contratação, e considerando o histórico recente de sinistros e de ressarcimentos, entende-se que a contratação é vantajosa economicamente.</p> <p>() Não - Justificativa:</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Descrição da Solução 2	Não ter cobertura de seguro para os imóveis
Atendimento aos Requisitos	A solução atende a todos os requisitos da contratação especificados no item 6 deste documento? () Sim (X) Não atende ao requisito _____
Estimativa do valor da contratação	<u>Valor estimado:</u> R\$ 0,00 Caso a opção escolhida fosse não realizar a contratação, o Tribunal não teria nenhum custo, porém assumiria o risco de não ser ressarcido dos prejuízos de quaisquer sinistros que viessem a ocorrer.
Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar	Solução escolhida? () Sim - Justificativa <u>técnica e econômica</u> da solução escolhida: (X) Não - Justificativa: Esta solução não atende ao interesse deste Regional, em vista da possibilidade de gasto financeiro de grande vulto no caso de ocorrência de algum sinistro.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- Explicitar a solução que melhor atenderá à necessidade do Tribunal.
- Relacionar as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.
- Justificar, se for o caso, a vigência contratual inicial por prazo superior a 12 (doze) meses.

O objeto da contratação é a prestação de serviço de seguro predial, com emissão de apólice única, para os imóveis próprios e locados em uso pelo Tribunal do Trabalho da 4ª Região, bem como para os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos integrantes do seu patrimônio referidos no Anexo I - Lista de Imóveis.

A cobertura principal engloba riscos contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza. O seguro a ser contratado deverá, ainda, prever as regras para inclusão e exclusão de imóveis e os procedimentos a serem realizados no caso de ocorrer um sinistro. Além disso, deve garantir indenizações por prejuízos decorrentes das seguintes coberturas acessórias:

a) Alagamento/Inundação - Esta cobertura acessória visa cobrir:

a.1) entrada de água no local segurado proveniente de aguaceiro, tromba d'água ou chuva, seja ou não consequente da obstrução ou insuficiência de esgotos, galerias pluviais, desaguadouros e similares;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

a.2) enchentes;

a.3) inundação resultante exclusivamente do aumento do volume de água de rios e de canais alimentados naturalmente por esses rios, lagos, lagoas e represas;

a.4) água proveniente da ruptura ou transbordamento de reservatórios, adutoras, encanamentos e canalizações, desde que não pertencentes ou localizados no prédio objeto da cobertura desta apólice;

OBS: Em razão dos recentes acontecimentos no Estado do Rio Grande do Sul, vinculados ao estado de calamidade pública decorrente de enchentes, há dúvida se o mercado manterá este tipo de cobertura. Apesar disso, entendeu-se pertinente manter esta cobertura haja vista o risco de novas ocorrências e prejuízos para o Tribunal.

b) Danos Elétricos - Protege bens eletrônicos e estrutura da casa contra consequências de raios e descargas elétricas.

b.1) danos elétricos: calor gerado acidentalmente pela passagem de corrente elétrica, variações anormais de tensão, curto circuito, arco voltaico, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica; e

b.2) raio: descarga elétrica da atmosfera, acompanhada de explosão (trovão) e de luz (relâmpago) que se produz entre as nuvens eletrizadas ou entre a terra e as nuvens.

c) Derrame d'Água ou Substância Líquida Contida em Chuveiros Automáticos (Sprinklers) - Esta cobertura garante até o Limite Máximo de Garantia Contratado, os danos materiais causados aos bens segurados em decorrência de infiltração ou derrame d'água ou de outra substância líquida contida em instalação de chuveiros automáticos de combate a incêndio (sprinklers), inclusive os danos consequentes que venham a sofrer as instalações de chuveiros automáticos (sprinklers);

d) Impacto de veículos/queda de aeronaves - Garantir a reposição de danos materiais causados a sua empresa em acidentes de impacto veículos terrestres desgovernados, queda de aeronaves e queda de engenhos aéreos danificando portões, muros, vitrines, paredes e demais bens.

e) Responsabilidade civil - A cobertura de Responsabilidade Civil garante as reparações por danos involuntários, corporais ou materiais, causados a terceiros por negligência ou imprudência do próprio segurado, ou pessoas que estiverem sob sua responsabilidade e será constituído pela soma das seguintes parcelas:

e.1) despesas, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

e.2) valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

- f) Tumultos - A cobertura de tumultos, greves e lockout visa garantir indenização por danos materiais causados ao estabelecimento segurado, pela ação predatória de manifestantes. Esta cobertura garante até o Limite Máximo de Garantia Contratado, os danos materiais causados aos bens segurados, decorrentes de tumulto, greve e “lockout”, inclusive por atos dolosos de terceiros;
- g) Vendaval, ciclone, tornado, granizo - Esta cobertura garante até o Limite Máximo de Garantia Contratado, os danos materiais causados diretamente aos bens segurados exclusivamente em consequência de vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo;
- h) Vidro - Esta cobertura garante até o Limite Máximo de Garantia Contratado, os danos materiais causados aos vidros, espelhos ou mármore, exclusivamente instalados no imóvel segurado, provocados por:
- h.1) ação de calor artificial;
 - h.2) ato involuntário dos sócios controladores, dirigentes e administradores legais ou empregados do segurado;
 - h.3) choque térmico;
 - h.4) chuva de granizo;
 - h.5) imprudência ou culpa de terceiros; e
 - h.6) quebra espontânea.

11. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

- Justificar as quantidades da contratação, informando as memórias de cálculo e os documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- Exemplos de memórias de cálculos: consumos registrados em exercícios anteriores, número de usuários, dimensões, etc.

Nº Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Justificativa / Memória de Cálculo
1	Apólice de seguro	Unid.	1	Considerando que o imóvel com o menor valor a ser coberto, incluindo a edificação e seu conteúdo, é de R\$ 416.512,52 e o de maior valor é de R\$ 21.523.614,19, constatou-se que a variação do valor do seguro para cobrir o valor integral de todos os imóveis é pequena, conforme pesquisa apresentada no Anexo I - Lista de Imóveis. Desse modo, considerando





PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

				os princípios da eficiência e da economicidade, concluiu-se que o melhor custo-benefício é contratar apólice única pelo valor global.
--	--	--	--	---





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- O parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que a sua divisão seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala.
- O não parcelamento do objeto deverá ser devidamente justificado com a demonstração das razões técnicas, administrativas e econômicas que o inviabilize.
- Devem ser considerados:
 - a responsabilidade técnica;
 - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;
 - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em pesquisa realizada a diferentes contratações de outros órgãos públicos, notou-se que é prática do mercado efetuar a contratação de seguro com apólice única, que cubra todos os imóveis do Órgão/Instituição. Além disso, estão presentes os pressupostos que constam no § 1º do art. 32 da Portaria TRT4 nº 1737/2023 para o não parcelamento do objeto:

a) responsabilidade técnica: formalizando-se apenas um contrato, haverá padronização na forma e entendimento acerca da ocorrência de sinistros. É comum, neste tipo de contratação, a ocorrência de divergência de entendimento entre contratante e contratado. Com um único contrato, não haverá tratamentos diferenciados para diferentes ocorrências;

b) custo para gestão/fiscalização: um único contrato facilita a fiscalização/gestão contratual, com a centralização da comunicação e procedimentos em uma única empresa;

c) competitividade: ao se realizar a pesquisa de mercado das contratações de seguro, notou-se que já existe uma certa concentração de seguradoras que atuam no segmento de órgãos públicos. Assim, não haveria prejuízos, do ponto de vista de competitividade, entre realizar uma única ou várias contratações, pois as empresas que participariam da licitação provavelmente seriam as mesmas.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- Em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

Tipo	Detalhamento
(X) Redução de riscos	Reduzir os riscos de eventuais perdas financeiras nos casos de ocorrências de sinistros nas dependências dos imóveis próprios e locados do TRT da 4ª Região, protegendo, assim, o patrimônio público.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

14. CARACTERIZAÇÃO DE SERVIÇOS OU FORNECIMENTOS CONTÍNUOS

- Serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção de atividades administrativas decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

() Não se aplica

(X) Sim – Justificativa: Trata-se de contratação habitual, realizada desde o ano de 1994, sendo uma necessidade permanente e contínua da Instituição de proteger o patrimônio público, tendo em vista a quantidade de prédios, conteúdo e consequentes riscos envolvidos. Salienta-se, ainda, que o objeto “seguro predial”, sob a ótica da Lei nº 8666/1993, que era mais restritiva, foi classificado como serviço contínuo pelo TRT4, conforme é possível observar no Proad nº 6187/2020.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO
PREVIAMENTE À FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Tipo	Detalhamento
(X) Não se aplica	-

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA
CONTRATAÇÃO

Baseado nos estudos preliminares, a contratação demonstra-se adequada para o atendimento da demanda?	(X) Sim () Não	<u>Justificativa:</u> A contratação de seguro predial atende aos requisitos necessários para atendimento da demanda do Tribunal, conforme justificado no item 10 deste documento.
--	--------------------	--

Equipe de Planejamento da Contratação

<i>Documento Assinado Digitalmente</i> JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE L. RIBAS Integrante Requisitante	<i>Documento Assinado Digitalmente</i> FRANÇOISE CRUZ DA COSTA Integrante Demandante
<i>Documento Assinado Digitalmente</i> BIBIANE DE SOUZA LEAL DREYER Integrante Técnico	<i>Documento Assinado Digitalmente</i> KARINA NETTO BILHER Integrante Administrativo



ANEXO I															
PROPRIEDADE		ENDEREÇO	MUNICÍPIO	FUNÇÃO	ATIVIDADES	NÚMERO PAVIMENTOS	ÁREA CONSTRUÍDA	VALOR PRÉDIO	VALOR CONTEÚDO	TOTAL	Transf. de energia elét.	Hidrante	Sprinklers	Elevador	Fotovoltaica
1	UNIÃO	Av. Tiarajú, 972 - Alegrete/RS	Alegrete	VT	unidade judiciária	1	556,00	R\$ 2.040.483,33	R\$ 198.821,02	R\$ 2.239.304,35	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
2	ALUGADO	Av. Elpídio Correa da Silveira, 360 - Alvorada/RS	Alvorada	VT	unidade judiciária	1	450,00	R\$ 761.481,00	R\$ 148.257,02	R\$ 909.738,02	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
3	UNIÃO	Rua Cap. Astrogildo Silveira Machado, 214 - Arroio Grande/RS	Arroio Grande	VT	unidade judiciária	1	556,00	R\$ 1.703.916,93	R\$ 174.110,52	R\$ 1.878.027,45	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
4	UNIÃO	Alameda João Maria Peixoto, 1025 - Bagé/RS	Bagé	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	3	2.740,84	R\$ 3.140.121,63	R\$ 230.028,54	R\$ 3.370.150,17	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
5	UNIÃO	Av. Presidente Costa e Silva, 261 - Bento Gonçalves/RS	Bento Gonçalves	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	4	1.647,26	R\$ 2.502.551,00	R\$ 255.026,37	R\$ 2.757.577,37	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
6	UNIÃO	Rua Moron, 1057 - Cachoeira do Sul/RS	Cachoeira do Sul	VT	unidade judiciária	2	616,80	R\$ 921.877,00	R\$ 113.886,29	R\$ 1.035.763,29	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
7	UNIÃO	Av. Cai, 1850 - Cachoeirinha/RS	Cachoeirinha	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	3	2.547,00	R\$ 6.829.605,61	R\$ 303.228,80	R\$ 7.132.834,41	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
8	UNIÃO	Rua Antônio Duro, 240 - Camaquã/RS	Camaquã	VT	unidade judiciária	1	670,33	R\$ 6.829.605,61	R\$ 115.410,85	R\$ 6.945.016,46	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
9	UNIÃO	Rua Victor Barreto, 3516 e 3530 - Canoas/RS	Canoas	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 5ª Varas)	3	2.206,95	R\$ 6.006.854,07	R\$ 515.510,29	R\$ 6.522.364,36	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
10	ALUGADO	Rua André Pusti, 390 - Capão da Canoa/RS	Capão da Canoa	PAJT	unidade judiciária	2	724,20	R\$ 1.225.476,76	R\$ 206.724,27	R\$ 1.432.201,03	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
11	UNIÃO	Rua Bento Gonçalves, 365 - Carazinho/RS	Carazinho	VT	unidade judiciária	2	467,82	R\$ 640.689,48	R\$ 114.037,23	R\$ 754.726,71	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
12	UNIÃO	Av. da Vindima, 303 - Caxias do Sul/RS	Caxias do Sul	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 6ª Varas)	3	2.067,00	R\$ 3.199.595,00	R\$ 563.982,39	R\$ 3.763.577,39	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM
13	ALUGADO	Rua Luiz Rossi, 111, Subsolo - Caxias do Sul/RS	Caxias do Sul	outros	arquivo de processos	1	277,99	R\$ 470.409,12	R\$ 1.445,14	R\$ 471.854,26	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
14	ALUGADO	Rua Procópio Gomes, 913 - Cruz Alta/RS	Cruz Alta	VT	unidade judiciária	2	710,73	R\$ 1.202.683,09	R\$ 148.597,45	R\$ 1.351.280,54	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
15	ALUGADO	Rua Bernardino Ângelo, 1326 - Dom Pedrito/RS	Dom Pedrito	PAJT	unidade judiciária	2	604,74	R\$ 1.023.328,93	R\$ 103.217,14	R\$ 1.126.546,07	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
16	ALUGADO	Rua Monsenhor Scalabrini, 1109 Encantado/RS	Encantado	VT	unidade judiciária	1	366,38	R\$ 619.980,91	R\$ 142.314,27	R\$ 762.295,18	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
17	UNIÃO	Rua Fioravante Tagliari, 380 - Erechim/RS	Erechim	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 3ª Varas)	4	3.532,88	R\$ 2.834.837,63	R\$ 508.277,88	R\$ 3.343.115,51	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
18	UNIÃO	Av. Sete de Setembro, 60 - Estância Velha/RS	Estância Velha	VT	unidade judiciária	1	492,88	R\$ 1.911.115,11	R\$ 186.518,09	R\$ 2.097.633,20	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
19	ALUGADO	Rua Padre Claret, 222 - Esteio/RS	Esteio	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	4	1.171,50	R\$ 1.982.388,87	R\$ 187.535,30	R\$ 2.169.924,17	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
20	UNIÃO	Rua Pinheiro Machado, 285 - Estrela/RS	Estrela	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	3	2.631,21	R\$ 5.906.908,00	R\$ 672.071,53	R\$ 6.578.979,53	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
21	UNIÃO	Rua Treze de Maio, 51-A - Farroupilha/RS	Farroupilha	VT	unidade judiciária	2	800,20	R\$ 1.220.151,00	R\$ 132.651,96	R\$ 1.352.802,96	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
22	ALUGADO	Rua Tenente Portela, 789 - Frederico Westphalen/RS	Frederico Westphalen	VT	unidade judiciária	2	600,00	R\$ 1.015.308,00	R\$ 116.276,96	R\$ 1.131.584,96	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
23	ALUGADO	Rua João Carniel, 484 - Gramado/RS	Gramado	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	3	1.117,44	R\$ 1.890.909,62	R\$ 263.780,13	R\$ 2.154.689,75	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
24	UNIÃO	Rua dos Sabiás, 320 - Gravataí/RS	Gravataí	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 4ª Varas)	3	2.474,00	R\$ 7.528.561,15	R\$ 448.694,86	R\$ 7.977.256,01	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
25	UNIÃO	Rua Serafim Silva, 120 - Gualba/RS	Gualba	VT	unidade judiciária	1	496,00	R\$ 1.456.324,20	R\$ 133.048,76	R\$ 1.589.372,96	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
26	UNIÃO	Rua Tiradentes, 663 - Ijuí/RS	Ijuí	VT	unidade judiciária	2	886,69	R\$ 1.657.756,00	R\$ 142.455,64	R\$ 1.800.211,64	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
27	ALUGADO	Rua Rodrigues Lima, 376 - 3º andar - Itaqui/RS	Itaqui	PAJT	unidade judiciária	1	248,59	R\$ 420.659,03	R\$ 108.823,89	R\$ 529.482,92	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
28	UNIÃO	Rua Profª. Leocádia Jaeger Caimi, 137 - Lagoa Vermelha/RS	Lagoa Vermelha	VT	unidade judiciária	1	555,57	R\$ 1.845.971,24	R\$ 201.644,11	R\$ 2.047.615,35	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
29	UNIÃO	Rua Paulo Frederico Schumacher, 115 - Lajeado/RS	Lajeado	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	1	755,99	R\$ 1.016.988,00	R\$ 175.108,87	R\$ 1.192.096,87	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
30	ALUGADO	Av. Júlio Borella, 1769 - Marau/RS	Marau	PAJT	unidade judiciária	1	389,54	R\$ 659.171,80	R\$ 100.828,69	R\$ 760.000,49	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
31	UNIÃO	Rua Campos Neto, 221 - Montenegro/RS	Montenegro	VT	unidade judiciária	1	379,55	R\$ 809.411,74	R\$ 122.902,27	R\$ 932.314,01	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
32	ALUGADO	Rua Luiz Marafon, 1646 - Nova Prata/RS	Nova Prata	PAJT	unidade judiciária	3	724,20	R\$ 1.225.476,76	R\$ 138.296,96	R\$ 1.363.773,72	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
33	UNIÃO	Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio, 400 - Novo Hamburgo/RS	Novo Hamburgo	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 5ª Varas)	8	4.248,06	R\$ 19.901.747,90	R\$ 798.165,59	R\$ 20.699.913,49	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
34	UNIÃO	Rua Major João Marques, 253 - Osório/RS	Osório	VT	unidade judiciária	1	323,45	R\$ 700.171,02	R\$ 121.091,42	R\$ 821.262,44	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
35	UNIÃO	Rua Miguel Rocha Sampaio, 136 - Palmeira das Missões/RS	Palmeira das Missões	VT	unidade judiciária	2	1.410,53	R\$ 1.684.426,00	R\$ 120.890,90	R\$ 1.805.316,90	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
36	ALUGADO	Rua Nossa Senhora de Fátima 309 - Panambi/RS	Panambi	PAJT	unidade judiciária	1	261,55	R\$ 442.589,68	R\$ 123.776,24	R\$ 566.365,92	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
37	ALUGADO	Rua Gal. Osório, 937 - Passo Fundo/RS	Passo Fundo	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 4ª Varas)	5	2.440,00	R\$ 4.128.919,20	R\$ 401.675,96	R\$ 4.530.595,16	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
38	UNIÃO	Rua 29 de junho, 160 - Pelotas/RS	Pelotas	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 4ª Varas)	2	3.621,00	R\$ 2.563.997,00	R\$ 590.450,66	R\$ 3.154.447,66	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
39	UNIÃO	Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	Ed. Sede do T	unidades judiciárias (2º grau) e administr	12	15.071,00	R\$ 14.744.963,63	R\$ 6.404.777,09	R\$ 21.149.740,72	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
40	UNIÃO	Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	Ed. Adm.	unidades administrativas	9	6.137,10	R\$ 7.712.525,86	R\$ 13.811.088,33	R\$ 21.523.614,19	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
41	UNIÃO	Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	Ed. Adm.	plenário	2	1.087,31	R\$ 1.239.159,04	R\$ 227.473,63	R\$ 1.466.632,67	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
42	UNIÃO	Av. Praia de Belas, 1432, prédio I - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 12ª VT)	8	6.891,00	R\$ 4.057.734,08	R\$ 4.603.696,11	R\$ 8.661.430,19	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
43	UNIÃO	Av. Praia de Belas, 1432, prédio II - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	Fórum	unidades judiciárias (13ª a 30ª VT) e esta	8	9.888,00	R\$ 9.945.742,61	R\$ 5.179.158,13	R\$ 15.124.900,74	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
44	UNIÃO	Av. Praia de Belas, 1432, prédio III - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	Escola Judicial e Biblioteca	3	2.881,00	R\$ 2.935.229,16	R\$ 1.266.016,43	R\$ 4.201.245,59	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
45	UNIÃO	Rua Gen. João Telles, 369 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	arquivo de processos e Memorial da JT	6	2.344,16	R\$ 2.714.788,82	R\$ 180.156,49	R\$ 2.894.945,31	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
46	UNIÃO	Rua Marçílio Dias, 446 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	Ed. Adm.	Seções de Transportes e de Manutenção	1	175,04	R\$ 864.209,35	R\$ 1.132.370,72	R\$ 1.996.580,07	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
47	ALUGADO	Rua Provenzano, 235 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	arquivo de processos	1	3.001,50	R\$ 5.079.078,27	R\$ 208.251,02	R\$ 5.287.329,29	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
48	ALUGADO	Rua Provenzano, 275 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	arquivo de processos	1	1.405,44	R\$ 2.378.257,46		R\$ 2.378.257,46	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
49	ALUGADO	Rua Dr. Barcelos, 2667 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	Seção de Almoxarifado	2	652,82	R\$ 1.104.688,95	R\$ 90.458,59	R\$ 1.195.147,54	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
50	ALUGADO	Rua Sérgio Jungblut Dieterich, 1020, pav. 1 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	Marcenaria	2	671,81	R\$ 1.136.823,45	R\$ 960.820,60	R\$ 2.097.644,05	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
51	ALUGADO	Rua Sérgio Jungblut Dieterich, 1020, pav. 7 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	depósito de bens permanentes (estoque)	2	547,10	R\$ 925.791,68	R\$ 895.694,94	R\$ 1.821.486,62	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
52	ALUGADO	Rua Sérgio Jungblut Dieterich, 1020, pav. 8 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	depósito de bens permanentes (estoque)	2	547,10	R\$ 925.791,68	R\$ 895.694,94	R\$ 1.821.486,62	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
53	ALUGADO	Rua Sérgio Jungblut Dieterich, 1020, pav. 9 - Porto Alegre/RS	Porto Alegre	outros	depósito de bens permanentes (estoque)	2	547,10	R\$ 925.791,68	R\$ 895.694,94	R\$ 1.821.486,62	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
54	UNIÃO	Rua Val Porto, 485 - Rio Grande/RS	Rio Grande	Fórum	unidades judiciárias (CCDF, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas)	2	1.031,33	R\$ 3.892.217,13	R\$ 207.959,15	R\$ 4.100.176,28	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
55	ALUGADO	Rua Amaro Souto, 2327 - Rosário do Sul/RS	Rosário do Sul	VT	unidade judiciária	3	441,00	R\$ 746.251,38	R\$ 116.289,71	R\$ 862.541,09	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
56	UNIÃO	Rua Presidente Prudente de Moraes, 603 - Santa Cruz do Sul/RS	Santa Cruz do Sul	Fórum	unidades judiciárias (1ª a 3ª Varas)	5	1.458,67	R\$ 2.093.356,00	R\$ 271.197,49	R\$ 2.364.553,49	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
57	UNIÃO	Alameda Montevideu, 233 - Santa Maria/RS	Santa Maria	Fórum	unidades judiciárias (1ª e 2ª Varas)	3	2.344,46	R\$ 8.379.670,23	R\$ 333.687,74	R\$ 8.713.357,97	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
58	UNIÃO	Rua Santos Dumont, 496 - Santa Rosa/RS	Santa Rosa	Fórum	unidades judiciárias (CCDF e 1ª VT)	3	626,67	R\$ 522.238,00	R\$ 140.512,28	R\$ 662.750,28	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
59	ALUGADO	Rua Santos Dumont, 489 - Santa Rosa/RS	Santa Rosa	VT	unidade judiciária (2ª VT)	1	215,08	R\$ 363.954,07	R\$ 52.558,45	R\$ 416.512,52	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
60	ALUGADO	Av. Justino Amonte Anacker, 1000 - Santa Vitória do Palmar/RS	Santa Vitória do Palmar	VT	unidade judiciária	1	602,63	R\$ 1.019.758,43	R\$ 126.501,95	R\$ 1.146.260,38	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
61	UNIÃO	Rua Duque de Caxias, 1520 - Santana do Livramento/RS	Santana do Livramento	VT	unidade judiciária	2	1.575,13	R\$ 1.563.806,60	R\$ 118.086,05	R\$ 1.681.892,65	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
62	ALUGADO	Rua Barão do Rio Branco, 511, térreo - Santiago/RS	Santiago	VT	unidade judiciária	1	345,00	R\$ 583.802,10	R\$ 122.347,70	R\$ 706.149,80	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
63	UNIÃO	Rua Vinte e Cinco de Julho, 660 - Santo Ângelo/RS	Santo Ângelo	VT	unidade judiciária	2	665,00	R\$ 842.960,06	R\$ 203.295,76	R\$ 1.046.255,82	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
64	UNIÃO	Rua Coronel Aparício Mariense da Silva, 1474 - São Borja/RS	São Borja	VT	unidade judiciária	1	556,00	R\$ 1.644.935,10	R\$ 173.429,12	R\$ 1.818.364,22	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
65	UNIÃO	Rua José Lourenço Lisboa, 173 - São Gabriel/RS	São Gabriel	VT	unidade judiciária	1	754,79	R\$ 2.130.605,37	R\$ 114.310,60	R\$ 2.244.915,97	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
66	UNIÃO	Rua João Daisson, 35 - São Jerônimo/RS	São Jerônimo	VT	unidade judiciária	1	314,06	R\$ 358.584,49	R\$ 95.218,72	R\$ 453.803,21	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
67	UNIÃO	Rua João Correa, 656 - São Leopoldo/RS	São Leopoldo	Fórum	unidades judiciárias (CCDF, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas)	2	869,95	R\$ 1.291.147,25	R\$ 313.255,12	R\$ 1.604.402,37	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
68	ALUGADO	Rua Marquês do Herval, 391, salas 202 e 203 - São Leopoldo/RS	São Leopoldo	Fórum	unidades judiciárias (CCDF, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas)	1	926,14	R\$ 1.567.195,59		R\$ 1.567.195,59	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
69	ALUGADO	Rua Senador Pinheiro Machado, 387 - São Lourenço do Sul/RS	São Lourenço do Sul	PAJT	unidade judiciária	1	246,27	R\$ 416.733,17	R\$ 104.892,15	R\$ 521.625,32	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
70	ALUGADO	Av. Dr. Bruno Cassel, 211 - São Sebastião do Cai/RS	São Sebastião do Cai	PAJT	unidade judiciária	1	235,34	R\$ 398.237,64	R\$ 105.801,84	R\$ 504.039,48	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
71	UNIÃO	Rua Padre Réus, 597 - Sapiranga/RS	Sapiranga	Fórum	un										



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

versão março/2023

MAPA DE RISCOS

OBJETO A SER CONTRATADO

O objeto da contratação é o serviço de seguro predial para os imóveis próprios e locados, ocupados pelo TRT4.

FRANCOISE
CRUZ DA
COSTA
03/07/2024 13:46

JOAO
HENRIQUE
CARVALHO
DE LIMA
RIBAS
03/07/2024 13:55

KARINA
NETTO
BILHER
03/07/2024 14:03

BIBIANE
DE SOUZA
LEAL
DREYER
03/07/2024 14:59

Risco 1

Descrição do risco:	Atraso na contratação
Tipo:	(x) Planejamento da contratação (x) Seleção de Fornecedor () Gestão do Contrato
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alta
Dano potencial	Ausência de cobertura no caso de sinistro
Ação Preventiva e Responsável:	Encaminhar a processo de contratação dentro do prazo planejado no Plano de Contratações. Monitorar o cumprimento dos prazos da contratação na fase de seleção do fornecedor. Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência e Responsável:	Ficar sem o objeto até o encerramento da contratação. ou Realizar contratação emergencial com base no inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 (dispensa de licitação emergencial). Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação e CLC

Risco 2

Descrição do risco:	Licitação deserta ou fracassada.
Tipo:	(x) Planejamento da contratação (x) Seleção de Fornecedor () Gestão do Contrato
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alta
Dano potencial	Ausência de cobertura no caso de sinistro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Ação Preventiva e Responsável:	Realizar o estudo técnico preliminar detalhado das especificações e preços de mercado. Definir critérios razoáveis de aceitabilidade do produto/serviço. Encaminhar a contratação com tempo hábil para repetição. Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência e Responsável:	Repetir a licitação, sanando eventuais falhas que possam ter criado obstáculos na seleção dos fornecedores. Realizar contratação emergencial com base no inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 (dispensa de licitação emergencial). Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação e CLC

Risco 3	
Descrição do risco:	Divergência entre os preços de referência e aqueles praticados no mercado.
Tipo:	(x) Planejamento da contratação () Seleção de Fornecedor () Gestão do Contrato
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixo (x) Médio () Alta
Dano potencial	Atraso no processo licitatório, sobrepreço ou subpreço.
Ação Preventiva e Responsável:	Elaboração de pesquisa de preços seguindo as diretrizes do Guia de Pesquisa de Preços do TRT4. Deixar o valor estimado da contratação como SIGILOSO, nos termos do Art. 24 da Lei nº 14.133/21. Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência e Responsável:	Ajuste na pesquisa de preços e republicação do Edital. Anulação da licitação, rescisão contratual e realização de nova contratação. Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação e CLC

Risco 4	
Descrição do risco:	Desconhecimento das coberturas por parte das unidades
Tipo:	() Planejamento da contratação () Seleção de Fornecedor (x) Gestão do Contrato





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alta
Dano potencial	Dano ao erário.
Ação Preventiva e Responsável:	Informar todas as unidades envolvidas sobre a contratação do seguro, coberturas e como proceder no caso de sinistro. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato
Ação de Contingência e Responsável:	Juntar documentação e encaminhar processo para análise da seguradora. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

Risco 5	
Descrição do risco:	Não atendimento dos prazos e condições contratados
Tipo:	() Planejamento da contratação () Seleção de Fornecedor (x) Gestão do Contrato
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alta
Dano potencial	Baixa qualidade na prestação dos serviços. Dano ao erário.
Ação Preventiva e Responsável:	Monitorar o cumprimento dos prazos de atendimento, alertando a contratada sobre a possível aplicação de sanções em caso de não cumprimento. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato
Ação de Contingência e Responsável:	Encaminhar processo para aplicação de sanções cabíveis. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

Risco 6	
Descrição do risco:	Cobertura insuficiente ou com exclusões e limitações
Tipo:	(x) Planejamento da contratação () Seleção de Fornecedor () Gestão do Contrato
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alta
Dano potencial	A cobertura oferecida pela seguradora pode não ser adequada para necessidades específicas do Tribunal ou prever exclusões e





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

	limitações que precarizam eventual indenização, a exemplo de danos decorrentes de enchentes e alagamentos. Com isso, trará dano ao erário devido à falta de cobertura adequada.
Ação Preventiva e Responsável:	Avaliar cuidadosamente os termos e condições da apólice. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato
Ação de Contingência e Responsável:	Avaliar elaboração de termo aditivo ao contrato. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

Risco 7	
Descrição do risco:	Insolvência da seguradora
Tipo:	() Planejamento da contratação (x) Seleção de Fornecedor (x) Gestão do Contrato
Probabilidade:	() Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alta
Dano potencial	A seguradora pode enfrentar dificuldades financeiras ou até mesmo falência, especialmente devido aos impactos decorrentes das enchentes no RS e maior vulto de indenizações. Tal fato pode afetar a capacidade das seguradoras cumprirem suas obrigações perante o Tribunal.
Ação Preventiva e Responsável:	Avaliar criteriosamente a documentação na etapa de seleção do fornecedor. Responsável: Coordenadoria de Licitações e Contratos
Ação de Contingência e Responsável:	Encaminhar processo para aplicação de sanções cabíveis. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

Risco 8	
Descrição do risco:	Falta de prevenção de sinistros por parte do TRT
Tipo:	() Planejamento da contratação () Seleção de Fornecedor (X) Gestão do Contrato
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (x) Alta





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Dano potencial	Se o Tribunal não adotar práticas adequadas de prevenção de riscos, a seguradora pode considerar isso na precificação, devido aos riscos de sinistralidade e prêmios futuros
Ação Preventiva e Responsável:	Avaliar junto às áreas técnicas do Tribunal práticas de mitigação de riscos que possam diminuir as chances de futuros sinistros ou a reincidência daqueles ocorridos no passado, a exemplo dos que têm ocorrido nas áreas térreas do Tribunal, que eventualmente são impactadas por alagamentos. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato
Ação de Contingência e Responsável:	Adotar soluções que impeçam a reincidência de sinistro ocorrido. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

Risco 9	
Descrição do risco:	Risco de mudanças legislativas e regulatórias
Tipo:	(x) Planejamento da contratação () Seleção de Fornecedor () Gestão do Contrato
Probabilidade:	() Baixa () Média (x) Alta
Impacto:	() Baixo (x) Médio () Alta
Dano potencial	Alteração nas leis e regulamentos podem afetar as operações da seguradora e as condições da apólice.
Ação Preventiva e Responsável:	Manter o Tribunal atualizado sobre o ambiente regulatório de seguros prediais. Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato
Ação de Contingência e Responsável:	Consultar as Assessorias Jurídicas do Tribunal sobre eventuais impactos de novas legislações nas apólices. Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato

Equipe de Planejamento da Contratação	
Documento Assinado Digitalmente JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE L. RIBAS Integrante Requisitante	Documento Assinado Digitalmente FRANÇOISE CRUZ DA COSTA Integrante Demandante
Documento Assinado Digitalmente BIBIANE DE SOUZA LEAL DREYER Integrante Técnico	Documento Assinado Digitalmente KARINA NETTO BILHER Integrante Administrativo



Pregão Eletrônico nº 15/2024 - 90015/2024 - TRT 4ª Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA					
Nº	LOCAL	ENDEREÇO	Prédio (R\$)	Conteúdo (R\$)	Prêmio Líquido
1	Alegrete	Av. Tiarajú, 972 - Alegrete/RS	R\$ 2.040.483,33	R\$ 198.821,02	
2	Alvorada	Av. Elpídio Correa da Silveira, 360 - Alvorada/RS	R\$ 761.481,00	R\$ 148.257,02	
3	Arroio Grande	Rua Cap. Astrogildo Silveira Machado, 214 - Arroio Grande/RS	R\$ 1.703.916,93	R\$ 174.110,52	
4	Bagé	Alameda João Maria Peixoto, 1025 - Bagé/RS	R\$ 3.140.121,63	R\$ 230.028,54	
5	Bento Gonçalves	Av. Presidente Costa e Silva, 261 - Bento Gonçalves/RS	R\$ 2.502.551,00	R\$ 255.026,37	
6	Cachoeira do Sul	Rua Moron, 1057 - Cachoeira do Sul/RS	R\$ 921.877,00	R\$ 113.886,29	
7	Cachoeirinha	Av. Caí, 1850 - Cachoeirinha/RS	R\$ 6.829.605,61	R\$ 303.228,80	
8	Camaquã	Rua Antônio Duro, 240 - Camaquã/RS	R\$ 6.829.605,61	R\$ 115.410,85	
9	Canoas	Rua Victor Barreto, 3516 e 3530 - Canoas/RS	R\$ 6.006.854,07	R\$ 515.510,29	
10	Capão da Canoa	Rua André Pusti, 390 - Capão da Canoa/RS	R\$ 1.225.476,76	R\$ 206.724,27	
11	Carazinho	Rua Bento Gonçalves, 365 - Carazinho/RS	R\$ 640.689,48	R\$ 114.037,23	
12	Caxias do Sul	Av. da Vindima, 303 - Caxias do Sul/RS	R\$ 3.199.595,00	R\$ 563.982,39	
13	Caxias do Sul	Rua Luiz Rossi, 111, Subsolo - Caxias do Sul/RS	R\$ 470.409,12	R\$ 1.445,14	
14	Cruz Alta	Rua Procópio Gomes, 913 - Cruz Alta/RS	R\$ 1.202.683,09	R\$ 148.597,45	
15	Dom Pedrito	Rua Bernardino Ângelo, 1326 - Dom Pedrito/RS	R\$ 1.023.328,93	R\$ 103.217,14	
16	Encantado	Rua Monsenhor Scalabrini, 1109 Encantado/RS	R\$ 619.980,91	R\$ 142.314,27	
17	Erechim	Rua Fioravante Tagliari, 380 - Erechim/RS	R\$ 2.834.837,63	R\$ 508.277,88	
18	Estância Velha	Av. Sete de Setembro, 60 - Estância Velha/RS	R\$ 1.911.115,11	R\$ 186.518,09	
19	Esteio	Rua Padre Claret, 222 - Esteio/RS	R\$ 1.982.388,87	R\$ 187.535,30	
20	Estrela	Rua Pinheiro Machado, 285 - Estrela/RS	R\$ 5.906.908,00	R\$ 672.071,53	
21	Farroupilha	Rua Treze de Maio, 51-A - Farroupilha/RS	R\$ 1.220.151,00	R\$ 132.651,96	
22	Frederico Westphalen	Rua Tenente Portela, 789 - Frederico Westphalen/RS	R\$ 1.015.308,00	R\$ 116.276,96	
23	Gramado	Rua João Carniel, 484 - Gramado/RS	R\$ 1.890.909,62	R\$ 263.780,13	
24	Gravataí	Rua dos Sabiás, 320 - Gravataí/RS	R\$ 7.528.561,15	R\$ 448.694,86	
25	Guaíba	Rua Serafim Silva, 120 - Guaíba/RS	R\$ 1.456.324,20	R\$ 133.048,76	
26	Ijuí	Rua Tiradentes, 663 - Ijuí/RS	R\$ 1.657.756,00	R\$ 142.455,64	
27	Itaqui	Rua Rodrigues Lima, 376 - 3º andar - Itaqui/RS	R\$ 420.659,03	R\$ 108.823,89	
28	Lagoa Vermelha	Rua Profª. Leocádia Jaeger Caimi, 137 - Lagoa Vermelha/RS	R\$ 1.845.971,24	R\$ 201.644,11	
29	Lajeado	Rua Paulo Frederico Schumacher, 115 - Lajeado/RS	R\$ 1.016.988,00	R\$ 175.108,87	
30	Marau	Av. Júlio Borella, 1769 - Marau/RS	R\$ 659.171,80	R\$ 100.828,69	
31	Montenegro	Rua Campos Neto, 221 - Montenegro/RS	R\$ 809.411,74	R\$ 122.902,27	
32	Nova Prata	Rua Luiz Marafon, 1646 - Nova Prata/RS	R\$ 1.225.476,76	R\$ 138.296,96	
33	Novo Hamburgo	Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio, 400 - Novo Hamburgo/RS	R\$ 19.901.747,90	R\$ 798.165,59	



34	Osório	Rua Major João Marques, 253 - Osório/RS	R\$ 700.171,02	R\$ 121.091,42	
35	Palmeira das Missões	Rua Miguel Rocha Sampaio, 136 - Palmeira das Missões/RS	R\$ 1.684.426,00	R\$ 120.890,90	
36	Panambi	Rua Nossa Senhora de Fátima 309 - Panambi/RS	R\$ 442.589,68	R\$ 123.776,24	
37	Passo Fundo	Rua Gal. Osório, 937 - Passo Fundo/RS	R\$ 4.128.919,20	R\$ 401.675,96	
38	Pelotas	Rua 29 de junho, 160 - Pelotas/RS	R\$ 2.563.997,00	R\$ 590.450,66	
39	Porto Alegre	Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre/RS	R\$ 14.744.963,63	R\$ 6.404.777,09	
40	Porto Alegre	Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre/RS	R\$ 7.712.525,86	R\$ 13.811.088,33	
41	Porto Alegre	Av. Praia de Belas, 1100 - Porto Alegre/RS	R\$ 1.239.159,04	R\$ 227.473,63	
42	Porto Alegre	Av. Praia de Belas, 1432, prédio I - Porto Alegre/RS	R\$ 4.057.734,08	R\$ 4.603.696,11	
43	Porto Alegre	Av. Praia de Belas, 1432, prédio II - Porto Alegre/RS	R\$ 9.945.742,61	R\$ 5.179.158,13	
44	Porto Alegre	Av. Praia de Belas, 1432, prédio III - Porto Alegre/RS	R\$ 2.935.229,16	R\$ 1.266.016,43	
45	Porto Alegre	Rua Gen. João Telles, 369 - Porto Alegre/RS	R\$ 2.714.788,82	R\$ 180.156,49	
46	Porto Alegre	Rua Marcílio Dias, 446 - Porto Alegre/RS	R\$ 864.209,35	R\$ 1.132.370,72	
47	Porto Alegre	Rua Provenzano, 235 - Porto Alegre/RS	R\$ 5.079.078,27	R\$ 208.251,02	
48	Porto Alegre	Rua Provenzano, 275 - Porto Alegre/RS	R\$ 2.378.257,46		
49	Porto Alegre	Rua Dr. Barcelos, 2667 - Porto Alegre/RS	R\$ 1.104.688,95	R\$ 90.458,59	
50	Porto Alegre	Rua Sérgio Jungblut Dieterich, 1020, pav. 1 - Porto Alegre/RS	R\$ 1.136.823,45	R\$ 960.820,60	
51	Porto Alegre	Rua Sérgio Jungblut Dieterich, 1020, pav. 7 - Porto Alegre/RS	R\$ 925.791,68	R\$ 895.694,94	
52	Porto Alegre	Rua Sérgio Jungblut Dieterich, 1020, pav. 8 - Porto Alegre/RS	R\$ 925.791,68	R\$ 895.694,94	
53	Porto Alegre	Rua Sérgio Jungblut Dieterich, 1020, pav. 9 - Porto Alegre/RS	R\$ 925.791,68	R\$ 895.694,94	
54	Rio Grande	Rua Val Porto, 485 - Rio Grande/RS	R\$ 3.892.217,13	R\$ 207.959,15	
55	Rosário do Sul	Rua Amaro Souto, 2327 - Rosário do Sul/RS	R\$ 746.251,38	R\$ 116.289,71	
56	Santa Cruz do Sul	Rua Presidente Prudente de Moraes, 603 - Santa Cruz do Sul/RS	R\$ 2.093.356,00	R\$ 271.197,49	
57	Santa Maria	Alameda Montevideu, 233 - Santa Maria/RS	R\$ 8.379.670,23	R\$ 333.687,74	
58	Santa Rosa	Rua Santos Dumont, 496 - Santa Rosa/RS	R\$ 522.238,00	R\$ 140.512,28	
59	Santa Rosa	Rua Santos Dumont, 489 - Santa Rosa/RS	R\$ 363.954,07	R\$ 52.558,45	
60	Santa Vitória do Palmar	Av. Justino Amonte Anacker, 1000 - Santa Vitória do Palmar/RS	R\$ 1.019.758,43	R\$ 126.501,95	
61	Santana do Livramento	Rua Duque de Caxias, 1520 - Santana do Livramento/RS	R\$ 1.563.806,60	R\$ 118.086,05	
62	Santiago	Rua Barão do Rio Branco, 511, térreo - Santiago/RS	R\$ 583.802,10	R\$ 122.347,70	
63	Santo Ângelo	Rua Vinte e Cinco de Julho, 660 - Santo Ângelo/RS	R\$ 842.960,06	R\$ 203.295,76	
64	São Borja	Rua Coronel Aparício Mariense da Silva, 1474 - São Borja/RS	R\$ 1.644.935,10	R\$ 173.429,12	
65	São Gabriel	Rua José Lourenço Lisboa, 173 - São Gabriel/RS	R\$ 2.130.605,37	R\$ 114.310,60	
66	São Jerônimo	Rua João Daisson, 35 - São Jerônimo/RS	R\$ 358.584,49	R\$ 95.218,72	
67	São Leopoldo	Rua João Correa, 656 - São Leopoldo/RS	R\$ 1.291.147,25	R\$ 313.255,12	
68	São Leopoldo	Rua Marquês do Herval, 391, salas 202 e 203 - São Leopoldo/RS	R\$ 1.567.195,59		
69	São Lourenço do Sul	Rua Senador Pinheiro Machado, 387 - São Lourenço do Sul/RS	R\$ 416.733,17	R\$ 104.892,15	
70	São Sebastião do Caí	Av. Dr. Bruno Cassel, 211 - São Sebastião do Caí/RS	R\$ 398.237,64	R\$ 105.801,84	
71	Sapiranga	Rua Padre Réus, 597 - Sapiranga/RS	R\$ 8.218.893,14	R\$ 308.870,10	
72	Sapuçaia do Sul	Rua Cel. Serafim Pereira, 300 - Sapuçaia do Sul/RS	R\$ 1.396.894,59	R\$ 165.649,70	
73	Soledade	Rua José Quintana, 77 - Soledade/RS	R\$ 1.089.514,98	R\$ 98.389,63	
74	Taquara	Rua Federação, 1870 - Taquara/RS	R\$ 8.955.695,05	R\$ 347.000,28	
75	Taquari	Rua Lautert Filho, 970 - Taquari/RS	R\$ 389.201,40	R\$ 86.650,78	



76	Torres	Rua Pará, 1351 - Torres/RS	R\$ 1.215.492,89	R\$ 171.446,34	
77	Tramandaí	Rua Militão de Almeida, 1506 - Tramandaí/RS	R\$ 1.254.006,91	R\$ 130.879,80	
78	Três Passos	Av. Júlio de Castilhos, 273 - térreo - Três Passos/RS	R\$ 641.843,87	R\$ 124.366,85	
79	Triunfo	Rodovia TF 010, 275 - Triunfo/RS	R\$ 2.456.109,39	R\$ 157.845,22	
80	Uruguaiana	Travessa Dr. Mário Braccini, 2790 - Uruguaiana/RS	R\$ 3.193.649,50	R\$ 374.267,81	
81	Vacaria	Av. Antônio Ribeiro Branco, 970 - Vacaria/RS	R\$ 1.885.822,31	R\$ 179.170,02	
82	Viamão	Estrada Caminho do Meio, 300 - Viamão/RS	R\$ 2.859.955,92	R\$ 283.645,35	
Preço Global da Proposta (= Prêmio líquido total) - R\$					

DADOS DA LICITANTE:

RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ: _____
Endereço (CEP, cidade, estado): _____
E-mail: _____
Telefone: _____
Falar com: _____

Carimbo e assinatura da empresa





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 15/90012/2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

CONTRATO TRT4 Nº ____/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO DE IMÓVEIS (PRÉDIO E CONTEÚDO), QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO E _____.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, inscrito no C.N.P.J.M.F. sob o nº 02.520.619/0001-52, com sede na Av. Praia de Belas, nº 1.100, em Porto Alegre/RS, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Exmo. Presidente, Desembargador **RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA**, e, de outro lado, _____, inscrita no C.N.P.J.M.F. sob o nº _____, com sede na _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____, inscrito no C.P.F.M.F. sob o nº _____, ajustam entre si este contrato, o qual reger-se-á pelas condições adiante discriminadas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviço de seguro predial para os imóveis próprios e locados em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, bem como para os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos integrantes do seu patrimônio, conforme discriminação constante no Anexo I - Termo de Referência, e seus anexos, do Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2024.

Parágrafo Primeiro. Os imóveis próprios e locados em uso pelo CONTRATANTE constam no Anexo I do Termo de Referência mencionado no *caput*.

Parágrafo Segundo. Os bens móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos integrantes do seu patrimônio adquiridos após a assinatura do contrato serão considerados cobertos pela apólice, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

Parágrafo terceiro. Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados entre os prédios ou suas dependências pelo CONTRATANTE, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura CONTRATADA.

Parágrafo Quarto. O pagamento da indenização referente ao conteúdo dos prédios segurados, em caso de sinistro, deverá ser realizado com base no inventário dos bens do setor atingido pelo sinistro, orçamentos realizados pela área técnica do CONTRATANTE e/ou notas fiscais demonstrando o valor gasto na recomposição.

Parágrafo Quinto. Em caso de sinistro em prédios locados, o pagamento da indenização referente às coberturas contratadas terá a seguinte destinação:

- a) danos ao imóvel: ao proprietário;
- b) danos ao conteúdo: ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA deverá fornecer apólice única para todos os imóveis e móveis do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA. A contratação terá como limite máximo de indenização o valor de 50% dos 82 imóveis do CONTRATANTE, bem como seu conteúdo, totalizando R\$ 135.446.999,31 (cento e trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos).





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico 15/90012/2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

CLÁUSULA TERCEIRA. A cobertura principal engloba riscos contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza. O seguro a ser contratado deverá, ainda, prever as regras para inclusão e exclusão de imóveis e os procedimentos a serem realizados no caso de ocorrer um sinistro. Além disso, deve garantir indenizações por prejuízos decorrentes das seguintes coberturas acessórias:

I - Alagamento/Inundação - Esta cobertura acessória visa cobrir:

- a)** entrada de água no local segurado proveniente de aguaceiro, tromba d'água ou chuva, seja ou não consequente da obstrução ou insuficiência de esgotos, galerias pluviais, desaguadouros e similares;
- b)** enchentes;
- c)** inundação resultante exclusivamente do aumento do volume de água de rios e de canais alimentados naturalmente por esses rios, lagos, lagoas e represas; e
- d)** água proveniente da ruptura ou transbordamento de reservatórios, adutoras, encanamentos e canalizações, desde que não pertencentes ou localizados no prédio objeto da cobertura desta apólice.

II - Danos Elétricos - Protege bens eletrônicos e estrutura da casa contra consequências de raios e descargas elétricas.

- a)** danos elétricos: calor gerado acidentalmente pela passagem de corrente elétrica, variações anormais de tensão, curto circuito, arco voltaico, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica; e
- b)** raio: descarga elétrica da atmosfera, acompanhada de explosão (trovão) e de luz (relâmpago) que se produz entre as nuvens eletrizadas ou entre a terra e as nuvens.

III - Derrame d'Água ou Substância Líquida Contida em Chuveiros Automáticos (Sprinklers) - Esta cobertura garante até o Limite Máximo de Garantia Contratado, os danos materiais causados aos bens segurados em decorrência de infiltração ou derrame d'água ou de outra substância líquida contida em instalação de chuveiros automáticos de combate a incêndio (sprinklers), inclusive os danos consequentes que venham a sofrer as instalações de chuveiros automáticos (sprinklers).

IV - Impacto de veículos/queda de aeronaves - Garantir a reposição de danos materiais causados a sua empresa em acidentes de impacto veículos terrestres desgovernados, queda de aeronaves e queda de engenhos aéreos danificando portões, muros, vitrines, paredes e demais bens.

V - Responsabilidade civil - A cobertura de Responsabilidade Civil garante as reparações por danos involuntários, corporais ou materiais, causados a terceiros por negligência ou imprudência do próprio segurado, ou pessoas que estiverem sob sua responsabilidade e será constituído pela soma das seguintes parcelas:

- a)** despesas, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;
- b)** valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

VI - Tumultos - A cobertura de tumultos, greves e lockout visa garantir indenização por danos materiais causados ao estabelecimento segurado, pela ação predatória de manifestantes. Esta cobertura garante até o Limite Máximo de Garantia Contratado, os danos materiais causados aos bens segurados, decorrentes de tumulto, greve e "lockout", inclusive por atos dolosos de terceiros.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico 15/90012/2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

VII - Vendaval, ciclone, tornado, granizo - Esta cobertura garante até o Limite Máximo de Garantia Contratado, os danos materiais causados diretamente aos bens segurados exclusivamente em consequência de vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo.

VIII - Vidro - Esta cobertura garante até o Limite Máximo de Garantia Contratado, os danos materiais causados aos vidros, espelhos ou mármore, exclusivamente instalados no imóvel segurado, provocados por:

- a)** ação de calor artificial;
- b)** ato involuntário dos sócios controladores, dirigentes e administradores legais ou empregados do segurado;
- c)** choque térmico;
- d)** chuva de granizo;
- e)** imprudência ou culpa de terceiros; e
- f)** quebra espontânea.

Parágrafo único. Os imóveis que possuem placas de geração de energia fotovoltaica, conforme informado no Anexo I do Termo de Referência mencionado no *caput* da Cláusula Primeira (*Lista dos Imóveis*), deverão ter o sistema coberto pelas seguintes coberturas: Cobertura básica contra Incêndio, queda de raio e explosão e acessória de vendaval, ciclone, tornado, granizo. No decorrer do contrato poderão ser instaladas novas placas de energia fotovoltaica que serão incluídas por aditivo contratual.

CLÁUSULA QUARTA. O seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

Cobertura Básica	Valor Total do Risco	Limite máximo indenização		Franquia
Incêndio, queda de raio e explosão	R\$ 270.893.998,61	R\$ 135.446.999,31		Não há
Coberturas Acessórias	Valor Total do Risco	Limite máximo indenização		Franquia
Alagamento/Inundação	R\$ 270.893.998,61	R\$ 2.708.939,99	2% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Danos elétricos	R\$ 270.893.998,61	R\$ 6.772.349,97	5% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Derrame d'Água ou Substância Líquida Contida em Chuveiros Automáticos (Sprinklers)	R\$ 270.893.998,61	R\$ 667.235,00	0,5% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Impacto veículos/queda de aeronaves	R\$ 270.893.998,61	R\$ 667.235,00	0,5% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 15/90012/2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

Cobertura Básica	Valor Total do Risco	Limite máximo indenização		Franquia
Responsabilidade civil	R\$ 270.893.998,61	R\$ 1.354.469,99	1% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Tumultos	R\$ 270.893.998,61	R\$ 1.354.469,99	1% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Vendaval, ciclone, tornado, granizo,	R\$ 270.893.998,61	R\$ 4.063.409,98	3% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Vidro	R\$ 270.893.998,61	R\$ 4.063.409,98	3% LMI	franquia máxima de 10 % (dez por cento) dos prejuízos, considerando-se o prejuízo mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

CLÁUSULA QUINTA. A apólice de seguro deverá ser enviada para o e-mail imoveis@trt4.jus.br.

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de vigência da contratação tem início com sua assinatura e encerra-se com o término da vigência da apólice do seguro, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata esta Cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA. A vigência da apólice do seguro será de **12 meses** a contar das **00h do dia 23-08-2024**.

CLÁUSULA OITAVA. O prazo para entrega da Apólice de Seguros será de, no máximo, **20 dias** corridos, contados da data de assinatura do contrato a qual deverá consignar os riscos assumidos, o valor dos objetos segurados, o prêmio devido pelo segurado, o nome do segurador, o nome do segurado e outras estipulações contratuais, observando-se hora e data de início da vigência. A apólice de seguro deverá conter as normas estabelecidas pela SUSEP.

CLÁUSULA NONA. O pagamento da indenização correspondente à importância assegurada, em caso de ocorrência dos sinistros, deverá ser realizado pela CONTRATADA, no prazo máximo de **30 dias** úteis, contados da data de entrega da documentação necessária.

CLÁUSULA DÉCIMA. A indenização será feita mediante pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida pelo CONTRATANTE e encaminhada à CONTRATADA por e-mail, com prazo para pagamento de **20 dias** corridos a partir do envio





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 15/90012/2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

à CONTRATADA

DO PREÇO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O **Prêmio Líquido Total** a ser pago à CONTRATADA pela execução do objeto do presente contrato será de @ (@@).

Parágrafo único. O **Prêmio Líquido Total** será o único valor a ser pago pelo CONTRATANTE em decorrência da contratação do seguro, no período de vigência deste contrato.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O pagamento do prêmio referente ao objeto da presente contratação será realizado em uma única parcela, após o recebimento definitivo da apólice, mediante crédito em conta corrente bancária até o décimo dia útil após o ateste do documento fiscal (fatura) correspondente à apólice do seguro contratado, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e, se for o caso, ISSQN.

Parágrafo único. O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para ateste, liquidação e pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Para todos os fins, considera-se como data do pagamento, o dia da emissão da ordem bancária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. No caso de os documentos apresentados para atendimento ao disposto no subitem 11.2 do Edital Pregão Eletrônico nº 15/2024 estarem vencidos quando da apresentação do documento fiscal, a CONTRATADA deverá providenciar a regularização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Na eventualidade de atraso no pagamento, entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento, serão devidos pelo CONTRATANTE:

- a) juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou 6% a.a. (seis por cento ao ano), por dia de atraso na efetivação do pagamento;
- b) multa moratória no percentual de 1% (um por cento) do valor da fatura em atraso; e
- c) atualização financeira pelo IGP-DI.

Parágrafo Único. Não serão devidas quaisquer taxas de atualização financeira, juros ou multa moratória nas hipóteses em que houver a concorrência da CONTRATADA para o atraso no pagamento.

DO CRÉDITO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. As despesas oriundas do presente Contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao CONTRATANTE nos exercícios de 202@ e 202@, Programa de Trabalho @, Elemento @.

DO REAJUSTAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. O reajustamento ocorrerá, mediante solicitação da CONTRATADA, a cada período de 12 meses contados a partir da data do orçamento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 15/90012/2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

estimado (03/07/2024), com base no IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aplicando-se sua variação a partir da referida data.

Parágrafo Primeiro. O reajustamento será calculado mediante a aplicação da variação acumulada do índice de reajuste sobre os preços praticados à época da concessão do reajuste.

Parágrafo Segundo. Se a apresentação da proposta houver ocorrido até o décimo quinto dia do mês, será utilizado para cálculo do reajuste o índice acumulado do mês anterior à data-base. Se a apresentação da proposta houver ocorrido após o décimo quinto dia do mês, será aplicado o índice acumulado do mês correspondente à data-base.

Parágrafo Terceiro. Caso a variação acumulada no período seja positiva, o reajuste será concedido mediante requerimento da contratada à fiscalização do contrato e o valor resultante da aplicação do índice poderá ser objeto de negociação entre as partes.

Parágrafo Quarto. Caso a variação acumulada no período seja negativa, o valor total do contrato será diminuído, automaticamente, com base na aplicação do índice.

Parágrafo Quinto. A prorrogação da vigência do contrato sem prévio requerimento dos valores de reajuste implicará na preclusão do direito da contratada. Também ensejará a preclusão do direito ao reajuste a extinção do contrato sem a prévia apresentação de requerimento da contratada.

Parágrafo Sexto. Na hipótese de legislação superveniente reduzir ou aumentar o prazo de suspensão de aplicação de reajuste aos contratos, adequar-se-á o instrumento de contrato para refletir tal circunstância.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da CONTRATADA junto ao CONTRATANTE para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;
- b) Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
- c) Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- d) Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários à execução dos serviços;
- e) Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;
- f) Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação;
- g) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada;
- h) Elaborar apólice condizente com as exigências do Termo de Referência mencionado no *caput* da Cláusula Primeira e neste contrato, registrando todas as informações necessárias a serem apresentadas para cada tipo de cobertura para que não haja conflito de disposições,





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 15/90012/2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

o que, ocorrendo, prevalecerá o disposto neste instrumento;

i) Pagar ao CONTRATANTE a indenização dos prejuízos sofridos e despesas incorridas devidamente comprovadas, decorrentes dos riscos cobertos e relativos aos bens segurados, até o limite das importâncias seguradas, bem como outras importâncias que forem estipuladas;

j) Emitir endosso da apólice originariamente segurada, quando necessário, garantindo o cumprimento de obrigações decorrentes de aditivo contratual, além das disposições constantes do contrato;

k) Efetuar vistorias, caso necessário, em todos locais dos imóveis;

l) Comunicar, por escrito, imediatamente, ao Fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção de providências;

m) Disponibilizar e atualizar perante o CONTRATANTE, sempre que ocorrerem alterações, o endereço comercial, os telefones e a conta de e-mail, para fins de comunicação entre as partes; e

n) Garantir a cobertura prevista do seguro no caso de atraso ou não fornecimento da apólice.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA, o preposto e os empregados, vinculados à presente contratação, deverão conhecer e observar a Portaria GP.TRT4 nº 4.081/2023, que regulamenta o tratamento das notícias de assédio moral, assédio sexual e discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, de acordo com a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral na Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus e com a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

Parágrafo Segundo. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Parágrafo Terceiro. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

Parágrafo Quarto. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o parágrafo acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato.

Parágrafo Quinto. A CONTRATADA deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos documentos fiscais (notas fiscais) com vistas à liquidação e pagamento, por meio do link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>.

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA terá acesso a um guia detalhado das funcionalidades do sistema SIGEO - JT pelo link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. São obrigações do CONTRATANTE:

a) Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços;

b) Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação de serviços;

c) Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

d) Efetuar os pagamentos devidos.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 15/90012/2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA VIGÉSIMA. Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133, de 2021, o objeto deste contrato será recebido da seguinte forma:

- a) A apólice será recebida provisoriamente, imediatamente após a entrega da apólice do seguro, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e com a proposta apresentada.
- b) O recebimento definitivo será realizado em até 05 dias úteis após o recebimento provisório.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

Parágrafo Primeiro. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 4º da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#));

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do *caput* desta Cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 5º da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#));

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do *caput* desta Cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 6º da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

IV - Multa, na forma que segue:

- a) No caso de descumprimento do prazo estabelecido para entrega da apólice (Cláusula Oitava), ficará a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da contratação, por dia de atraso, limitado a 8% (oito por cento).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 15/90012/2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

b) No caso de descumprimento do prazo estabelecido para pagamento de indenização (Cláusula Décima), ficará a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), limitada a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

c) Na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, a contratada estará sujeita a multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada.

Parágrafo Segundo. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 3º, §1º, da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#))

Parágrafo Terceiro. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 3º, §2º, da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 18 da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#))

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 12 da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

Parágrafo Quarto. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#) e [Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Quinto. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sexto. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846/2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

Parágrafo Sétimo. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 8º da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 15/90012/2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

Parágrafo Oitavo. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 31 da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#)).

Parágrafo Nono. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#) e [art. 36 da Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022](#).

Parágrafo Décimo. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o CONTRATANTE, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26/2022](#).

Parágrafo Décimo Primeiro. Da decisão proferida pela administração caberá recurso administrativo, que deverá ser apresentado no prazo de 15 dias úteis, contados da data da intimação, e encaminhado exclusivamente por e-mail para o endereço dg@trt4.jus.br.

Parágrafo Décimo Segundo. A apuração dos descumprimentos e a eventual cominação de sanções administrativas observarão o disposto na Portaria GP.TRT4 nº 2.714/2022.

Parágrafo Décimo Terceiro. A defesa escrita e os recursos administrativos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico para o endereço dg@trt4.jus.br.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelos seguintes servidores:

Integrante	Titular	Substituto	Unidade
Gestor:	Françoise Cruz da Costa	Larissa Herrmann Wanner	Coordenadoria de Material e Logística
Fiscal:	Bibiane de Souza Leal Dreyer	Naira Talia Capellari Leite	Seção de Bens Imóveis

Parágrafo Primeiro. O gestor do contrato ficará responsável por:

- Organizar a reunião inicial;
- Encaminhar alterações contratuais;
- Controlar prazos e indicadores contratuais;
- Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;
- Tomar as devidas providências, no caso de ocorrência de sinistro;
- Realizar o recebimento definitivo, emitindo o respectivo termo;
- Verificar as obrigações previstas no encerramento do contrato.

Parágrafo Segundo. O Fiscal do contrato ficará responsável por:

- Participar da reunião inicial;
- Acompanhar a execução do objeto de acordo com o contrato;
- Monitorar cumprimento de prazos contratuais;
- Encaminhar demandas para a CONTRATADA por meio de ordens de serviço e/ou chamados;





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Pregão Eletrônico 15/90012/2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

- e) Atestar notas fiscais;
- f) Conferir o atendimento dos níveis de serviços contratados;
- g) Conferir documentação exigida no contrato;
- h) Verificar a conformidade do faturamento do objeto contratado;
- i) Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

Parágrafo Terceiro. O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail imoveis@trt4.jus.br

DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. A extinção deste contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração CONTRATANTE;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Parágrafo Único. A extinção contratual será formalmente motivada nos autos do respectivo processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. Ficam fazendo parte do presente contrato, independentemente de transcrição, a íntegra do Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2024 e seus Anexos, bem como a proposta apresentada na licitação pela CONTRATADA, nos termos em que esta não for contrária ao referido instrumento convocatório.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA. Aplicam-se à execução deste contrato a Lei nº 14.133/2021 e a legislação complementar, vigente e pertinente à matéria.

DA PROMOÇÃO DA EQUIDADE, GÊNERO, RAÇA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA. A CONTRATADA, em consonância com os princípios e normas constantes na Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT4, instituída pela Resolução Administrativa nº 03/2017, deverá implementar, sempre que possível, na execução do objeto da contratação, políticas que respeitem e valorizem a diversidade, garantindo tratamento equânime e repudiando preconceitos e discriminações de gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, geracional e de pessoas com deficiência.

DA PROTEÇÃO DE DADOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 15/90012/2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à CONTRATADA para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A CONTRATADA será Controladora dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

Parágrafo Segundo. As partes estão obrigadas a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

Parágrafo Terceiro. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

I. Eventualmente, as partes podem ajustar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes deste parágrafo.

Parágrafo Quarto. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE (Portaria TRT4 nº 2036/2021), cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata esta Cláusula.

Parágrafo Quinto. Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término do objeto deste contrato, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

- a) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- b) Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- c) Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;

Parágrafo Sexto. O Encarregado indicado pela CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

Parágrafo Sétimo. Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à CONTRATADA, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA. Na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 15/90012/2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

Parágrafo Primeiro. Caso o CONTRATANTE verifique a não manutenção das condições habilitatórias, a CONTRATADA será notificada para regularizar a situação, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 dias úteis.

Parágrafo Segundo. Em caso de não atendimento à determinação constante no Parágrafo anterior, a CONTRATADA incorrerá em inexecução contratual, hipótese que poderá ensejar a rescisão do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA. A CONTRATADA obriga-se a manter seu endereço e telefone atualizados durante toda a vigência da contratação, mediante envio de mensagem eletrônica para o endereço sal@trt4.jus.br.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA. As alterações de quaisquer condições do presente Contrato deverão sempre ser procedidas por meio de termos aditivos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA. Os endossos decorrentes de inclusão ou alteração de prédios deverão ser calculados utilizando as mesmas taxas praticadas pela CONTRATADA na presente licitação e proporcionais ao número de dias restantes para o término do contrato (vigência da apólice), e seguindo as normas da SUSEP.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação do presente contrato, caso a empresa CONTRATADA venha a admitir empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de:

I - servidores que tenham participado do planejamento da contratação ou que desempenhem função na área de licitações e contratos do TRT4;

II - servidores ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia ou assessoramento vinculados à Secretaria de Administração, à Diretoria-Geral, à Assessoria Jurídica da Presidência, à Secretaria-Geral da Presidência e às demais unidades envolvidas no procedimento licitatório;

III - o Presidente do Tribunal ou o desembargador que estiver no exercício da Presidência do TRT4;

IV - o Diretor da Escola Judicial do TRT4 ou o desembargador que estiver no exercício do cargo, em relação às contratações da referida unidade;

V - os membros ou juízes vinculados a este Tribunal (conforme o art. 3º da [Resolução CNJ nº 7/2005](#)).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei nº 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012](#), no prazo de 10 (dez) dias úteis.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 15/90012//2024 – PROAD 3755/2024

Contrato TRT4 nº @/2024

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Capital deste Estado para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletrônica/digitalmente o presente instrumento, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

Assinantes:

Pelo CONTRATANTE:

Documento assinado digitalmente

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

Presidente do TRT da 4ª Região

Pela CONTRATADA:

Documento assinado digitalmente

@@@@@@@@@@@@@@@@

CPF nº @@@@@@

